

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS AMBIENTAIS E DE
TECNOLOGIAS

FABIO BORETTI NETTO DE ARAÚJO

PARTICIPAÇÃO POPULAR E A CONSTRUÇÃO DO
ESPAÇO PÚBLICO

CAMPINAS
2007

FABIO BORETTI NETTO DE ARAÚJO

PARTICIPAÇÃO POPULAR E A
CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de concentração: Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra Raquel Rolnik

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4 Araújo, Fábio Boretti Netto de.
A663p Participação popular e a construção do espaço público / Fábio Boretti Netto de Araújo. -
Campinas: PUC-Campinas, 2007.
112p.

Orientadora: Raquel Rolnik.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências
Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.
Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Espaços públicos - Campinas (SP). 3. Participação popular.
4. Política urbana - Campinas (SP). I. Rolnik, Raquel. II. Pontifícia Universidade Católica de
Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em
Urbanismo. III. Título.

22.ed.CDD – t711.4

FÁBIO BORETTI NETTO DE ARAÚJO

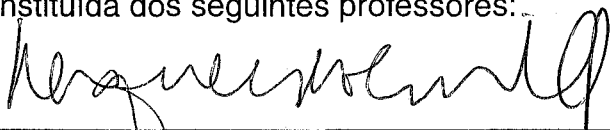
"Participação Popular e a Construção do Espaço Público"

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.


Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Raquel Rolnik.

Dissertação defendida e aprovada em 18 de Junho de 2007 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof^a. Dr.^a Raquel Rolnik
Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof^a. Dr.^a Cibele Saliba Rizek
Universidade de São Paulo



Prof. Dr. Ari Vicente Fernandes
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

agradecimentos

Aos amigos que fiz e procuro sempre cultivar.

Mogi, Itapira, Campinas, Curitiba, São Paulo, São Carlos, Rio, Equipe do Áurea e Trio, grande escola de arquitetura e solidariedade.

Raquel, pela casa (sempre) aberta, paciência, amizade e empolgante agitação,

Cibele, referência para todos nós, *gambás*, como diria João,

Ari e Moretti, se alguém colocou em nossas formações a ação cidadã e o interesse pela cidade, na graduação da faculdade de arquitetura da PUC Campinas, foram vcs...

À CNPQ e ao Grupo PET pela ajuda e companhia no mestrado e graduação,

Jan, Ângela, Silvio, Renata, por tudo, sempre!

Aos amigos do Jambreiro, DIC, Vila Esperança e Costa e Silva.

resumo.

A construção físico territorial da periferia de Campinas, resultado ora de ações do poder público municipal que legitimava a exclusão e erradicação de núcleos pobres - favelas em benefício de projetos do setor imobiliário para alta renda ora de políticas habitacionais que delegavam precariedade e reduziam a cidade a simples edificações de unidades habitacionais foi, desde de os primeiros movimentos populares da assembléia do povo no final dos anos 70 à aplicação do OP na gestão do Prefeito Antonio da Costa Santos (2001-2005), acompanhada pela crescente solidificação de uma sociedade cada vez mais organizada e que reivindicava por melhores condições de vida urbana.

Este processo de organização e mobilização configurou uma construção sócio política da periferia pobre de Campinas e colocou uma enorme parcela da população no centro da participação política e das questões acerca do desenvolvimento urbano local.

A análise, portanto destas duas vertentes de construção do espaço urbano, a primeira a própria construção física do lugar, o urbanismo ou de políticas urbanas e habitacionais, excludentes e desqualificadas que acabam por gerar desigualdade, exclusão e precariedade, e a segunda, uma ação social, fruto de intensa organização comunitária capaz de qualificar estes bairros periféricos compõem um quadro de avaliação da apropriação de espaços públicos construídos durante a gestão citada acima.

Para tal análise, são estudados quatro distintos espaços públicos construídos na periferia de Campinas que apresentam condições e qualidades de apropriação diferentes entre si seja pela organização e ações sociais que os qualifiquem ou os deleguem ao ostracismo ou pela relação urbana que os delimitam.

ÍNDICE.

introdução 7

capítulo 1

A participação em Campinas: a construção físico-territorial e sócio-política da periferia. 12

1.1 A participação em Campinas: orçamento participativo e emendas parlamentares: condições para o desenvolvimento projetual urbano. 23

1.1.1 Orçamento Participativo 23

1.1.2 Emendas Parlamentares 28

capítulo 2 praça de esportes do dic VI

2.1 cidade 31

2.2 participação 38

2.3 projeto 42

2.4 apropriação 49

capítulo 3 praça de esportes “primavera” da vila costa e silva

3.1 cidade 53

3.2 participação 61

3.3 projeto 64

3.4 apropriação 68

capítulo 4 praça de esportes do parque jambeiro

4.1	cidade	71
4.2	participação	78
4.3	projeto	82
4.4	obra	86
4.5	apropriação	88

capítulo 5 praça de esportes da vila esperança

5.1	cidade	91
5.2	participação	96
5.3	projeto	99
5.4	apropriação	101

considerações finais 104

bibliografia 109

introdução

Durante o período de graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC de Campinas, pude realizar, como bolsista do programa PET, a pesquisa “técnicas construtivas em terra na habitação de interesse social” e através de entrevistas realizadas para o desenvolvimento do trabalho, conheci o arquiteto Maxim Bucarechi que me convidou, alguns meses depois do primeiro contato para trabalhar em seu escritório.

Em meados de 2002, juntamente com Maxim, Luis Amaral e Bernardo Telles, colegas de turma da faculdade e ainda alunos do quinto ano, formei o escritório Áurea e realizamos durante aproximadamente três anos, trabalhos de obras públicas para a Prefeitura Municipal de Campinas.

Durante a gestão do Partido dos Trabalhadores que teve início com a posse do prefeito Antonio da Costa Santos (Toninho) e que após sua morte em setembro de 2001 foi assumida por sua vice, então coordenadora do Orçamento Participativo de Campinas, Izalene Tiene, tivemos a possibilidade de desenhar cinco praças na periferia da cidade e estabelecer em pelo menos duas delas um processo participativo na elaboração do projeto com a comunidade local.

A praça de esportes do Parque Jambeiro, uma das primeiras obras de grande porte do Orçamento Participativo em Campinas aprovada como prioridade para a região 8, foi então o meu primeiro trabalho como profissional e que despertou nos anos seguintes o interesse em estudar, ainda que muito restrita e exclusivamente a participação popular no desenvolvimento de projetos de arquitetura e urbanismo para população de baixa renda.

Esta obra não foi finalizada, no entanto é avaliada neste estudo como processo de participação na medida em que a população, mesmo sem verba suficiente e totalmente descrente com a atuação do poder público tenta, através de mutirão, finalizá-la.

Houve um outro projeto realizado durante este período de atuação profissional, objeto de estudo deste trabalho, a praça de Esportes do DIC VI, inaugurada em 2004, e que diferentemente da do Parque Jambeiro, foi financiada através de uma Emenda Parlamentar do deputado do Partido dos Trabalhadores Luciano Zica.

Este processo diferenciou-se do anterior, por não envolver a população com os projetistas. Tal programa chegou já estruturado no escritório e tivemos que apenas desenvolvê-lo tecnicamente, não tendo, portanto, envolvimento com a população local, durante a fase de elaboração do projeto.

Mesmo não tendo espaço para tal participação e envolvimento com a população, foram feitas algumas reuniões com líderes comunitários e funcionários da Secretária de Cultura, Esportes e Turismo para uma tentativa de envolver a população com atividades de "gratagem" a serem realizadas nos equipamentos projetados para a praça.

Este é, entre os espaços públicos pesquisados neste trabalho, o que apresenta a apropriação mais intensa entre todas as praças avaliadas e que mesmo não sendo aprovada pelo OP como prioridade da região 12, uma das mais carentes de infra-estrutura urbana da cidade, foi fruto de uma histórica luta da comunidade local para que fosse construída.¹

Para compor o quadro de análise sobre o processo de participação, construção e apropriação do espaço público, o trabalho segue analisando outra praça, construída pelo OP, projetada pelo escritório técnico USINA sob a liderança do arquiteto Mario Braga: A praça da Vila Costa e Silva. Aprovada no OP como prioridade da Regional 3, foi concluída em meados de 2004 e

¹ dados recolhidos em entrevistas realizadas com líderes comunitários

fruto de uma intensa luta da população local apoiada pela Comunidade de Base da Igreja Católica, que acreditava que somente com a construção da praça, a presença violenta do tráfico de drogas pudesse ser extinta do local, levando assim, para a praça, o convívio público dos moradores do bairro e da região.

Por fim, estudamos um pequeno espaço público no bairro Vila Esperança, também viabilizado através de Emenda Parlamentar do mesmo deputado, destinado à recreação de aproximadamente 45.000 pessoas da região dos Amarais.²

Esta praça, também não canalizada através do OP e muito simples se comparada com as outras aqui estudadas, nasceu de uma extrema carência de área de lazer desta comunidade, vítima do processo de desenvolvimento excludente e de políticas habitacionais incapazes de produzir cidades saudáveis, limitando sua atuação em simples construção de precárias unidades habitacionais.

A escolha destas praças, todas construídas pela mesma gestão municipal, seja através do OP ou por Emenda Parlamentar, não se deu para confrontar partidos ou denunciar eventuais práticas de políticas clientelistas e sim, avaliar processos de participação, mobilização, luta e conquista de espaços públicos nas periferias de Campinas e sua conseqüente apropriação pela população.

A hipótese inicial que tínhamos era a de que as praças seriam tão mais apropriadas pela população quanto seu processo de constituição tivesse sido participativo, em todas as etapas.

As etapas de participação que o trabalho se propôs a avaliar em cada caso eram:

- **Mobilização e luta** – reconstituição do processo de reivindicação pela praça, feita pelas associações criadas na sua grande maioria no final da década de 70 e durante a década de 80.

- **Fonte de Recursos** – Reconstituição do processo de obtenção do recurso: Há aqui dois modelos de processo orçamentário. O Orçamento Participativo e as Emendas Parlamentares que foram associadas sempre à formação de bases políticas dos partidos nas comunidades periféricas, mas que também atenderam a reivindicações e beneficiaram a população residente nas mais precárias parcelas da cidade.
- **Projeto** – Avaliação da forma de participação da população no projeto. De que maneira se deu o diálogo entre a equipe de técnicos, arquitetos e engenheiros e a população sobre a elaboração do programa do projeto construído.
- **Obra** – Avaliação das diferentes formas de participação da população na obra: a população pode participar da gestão, zelo, ou da contratação de mão de obra local ou, em última análise, ela propriamente constrói por mutirão.
- **Gestão** – Avaliação de como se deu a gestão das praças depois do término da construção. De que forma poder público e sociedade civil se juntam para garantir a segurança, o zelo, a manutenção e o uso dos espaços construídos.

Considerava, na elaboração do projeto inicial desta dissertação, que se a abordagem participativa fosse completa na construção do espaço público urbano, construído coletivamente (com valores e responsabilidades divididos entre Estado e sociedade civil), a apropriação e o efetivo valor público de tais equipamentos pudessem fortalecer a gestão democrática, garantindo assim a função do lugar da diversidade, trocas e interações sociais, constituintes necessárias para o exercício contínuo da democracia, cidadania e inclusão social.

Esta foi a hipótese de onde parti para o desenvolvimento deste trabalho, sem, contudo, prever que os diferentes contextos urbanos onde estes objetos estão inseridos eram totalmente distintos

² FIBGE Censo Demográfico de 1991; Resultados Preliminares da Contagem Populacional de 1996.

entre si. Desta forma, embora fossem frutos de intensa mobilização e luta tais contextos também impactariam nas formas de apropriação destas praças.

Esta diversificada e complexa relação entre as atividades e características urbanas como comércio, habitação, circulação, densidades populacionais, equipamentos institucionais e o espaço da praça em cada caso, fez com que, a qualidade e intensidade da apropriação fossem extremamente diferenciadas, mesmo em espaços onde a participação ocorreu de forma semelhante em suas várias etapas.

Surgiu então, uma nova variável, anteriormente não relevante para o estudo da efetiva apropriação destas praças, mas que interfere intensamente na ação de tornar saudável e ativamente apropriado o espaço público.

Procuro, através dos relatos da construção sócio-política destas praças da periferia de Campinas, relacionar a mobilização, participação e luta pela conquista destes equipamentos, com o urbanismo e sua ação de potencializar as relações sociais que constroem e qualificam o espaço público, ou, quando ausente, destinam ao ostracismo e abandono destes espaços arduamente conquistados.

É importante ressaltar também que encaro esta pesquisa como a conclusão dos projetos que participei. Acredito que a análise das diferentes etapas e de como se dá hoje o uso de tais espaços é parte do próprio processo projetual e que a concepção (desenho) de espaços públicos passam, inevitavelmente, por tais discussões.

a participação em campinas

a construção físico-territorial e sócio-política da periferia.

No início da década de 50, Campinas começou a sofrer os efeitos de migração de trabalhadores do campo da região atraídos por melhores condições de trabalho – melhores do que aquelas encontradas em outras regiões do Estado.¹

Até meados dos anos 50, em Campinas, foram construídos cerca de 943 casas em oito conjuntos habitacionais construídos por diversas instituições como IAPI, IAPC, Companhia Paulista de Estrada de Ferro e pela própria prefeitura, como tentativa de sanar o crescimento populacional vivido pela cidade no início da década de 50.

Alguns conjuntos foram entregues sem infra-estrutura necessária, de qualquer forma essa produção foi escassa diante da demanda já existente. Esses conjuntos serviram também para definir e efetivar o padrão periférico de urbanização, implantando os bairros populares afastados do centro.²

Entre as décadas de 50 e 60 a cidade sofreu um crescimento populacional de aproximadamente 6% ao ano, enquanto que o Estado de São Paulo era de cerca de 3,2% aa segundo dados do IBGE³.

¹ Lopes, 1997 : 55

² Carvalho, 1991

³ FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Resultados Preliminares da Contagem Populacional de 1996.

Os migrantes, ao chegarem na cidade, quando não eram expulsos por não conseguirem provar inserção no mercado de trabalho ou condições de pagamento de aluguel de moradias, já escassas para o crescente desenvolvimento urbano de Campinas, aumentaram o contingente populacional, não seguido contudo, de um desenvolvimento de serviços e equipamentos públicos e de construção de moradias dando início ao processo de favelização em Campinas.⁴

Este crescimento de investimentos gerado pela instalação de indústrias na cidade durante a década de 50, acabou por gerar a chamada primeira periferia de Campinas, onde a construção de lotes destinados à classe média, vendidos à prestação, sob o discurso do setor imobiliário da valorização futura do entorno, elevou a área urbana do município de 16,25 km² para 53km².⁵

Este primeiro momento de expansão territorial e populacional fruto de um desenvolvimento urbano preconizado pelo processo de urbanização do país a partir dos anos cinquenta levou a complicações territoriais e sociais gravíssimas que acabaram por gerar intensa exclusão social e formação de enormes parcelas de cidade não qualificadas, sem a mínima condição de moradia e vida urbana.

Tal contexto de expansão urbana caracterizou-se, por ações de erradicação e expulsão por parte do poder público, dos migrantes que chegavam em larga escala na cidade e não conseguiam provar condições de trabalho e para pagamento aluguel de moradias, estendeu até o final dos anos 50 início da década de 60, quando aprovado o código de obras e urbanismo de Campinas, formalizando a chamada primeira periferia de Campinas, que caracterizou-se pela produção de loteamentos voltados, a princípio, para a classe média sob o discurso do setor imobiliário da valorização futura, devido a instalações de indústrias no entorno.⁶

⁴ Lopes, 1997 : 55

⁵ CANO, Wilson, BRANDÃO, Carlos A. **A região metropolitana de Campinas: urbanização economia e meio ambiente.** Campinas, Unicamp 2002.

⁶ Fernandes A., *in* Emiliano, 2006.

No entanto esta postura do poder público frente ao crescimento populacional e do surgimento das favelas em Campinas mudou a partir da década de 60 mais precisamente em 1965, com a criação da COHAB- Companhia de Habitação Popular de Campinas, empresa de economia mista, através da Lei 3.213, inicia a construção de unidades habitacionais na periferia, transformando assim antigas ações como “erradicar” para “remover” e “reassentar”.⁷

Paralelamente a este processo de favelização gerado pela intensa migração, Campinas entra em um ciclo de grandes obras de melhorias urbanas como o alargamento das avenidas Moraes Salles e Francisco Glicério e a construção do viaduto Miguel Vicente Cury, além da reforma de largos e praças da região central da cidade.⁸

A atuação da COHAB, no entanto, foi muito tímida para que o problema do déficit habitacional gerado pela migração intensa e conseqüente favelização fosse minimizado.

Em entrevista cedida para a matéria “A atuação da COHAB, na solução do problema habitacional”, o engenheiro contratado declara que foram construídas até 1985, quando Campinas tinha cerca de 600.000 habitantes, um total de 16.807 moradias populares, que além de serem insuficientes, eram de péssima qualidade e inacessíveis aos favelados.”⁹

A partir da década de 60 a favela e o constante processo de migração deixaram de ser tratados simplesmente como uma questão de “polícia” de simples erradicação, muitas vezes violenta, passando a ser uma questão de política econômica e social, onde o controle, catalogação e vigia da “população marginal” passou a ser de extrema importância para que o poder público, quando necessário, interviesse, pois a antiga ação de erradicar já não mais resolvia o elevado desenvolvimento e crescimento das favelas em Campinas.

⁷ Lopes, 1997

⁸ Badaró, 1996

⁹ “Atuação da COHAB na solução do problema habitacional” publicada do jornal Correio Popular 14/7/85

Esta transformação de ações do poder público limpava áreas ocupadas pelas extintas favelas, que, respaldada pelo Plano Diretor, previa para os terrenos ocupados investimentos imobiliários por parte do mercado formal de alta renda.¹⁰

Para garantir, no entanto, meios de “integrar socialmente os necessitados”¹¹, removidos pelo poder público, o projeto “casas transitórias” foi lançado em 1969 pela Secretaria de Bem Estar Social em parceria com a COHAB.

Este projeto previa a construção de casas na periferia, distante do local ocupado pelas extintas favelas (local este previsto pelo plano diretor para futuros investimentos e desenvolvimento urbano), onde o futuro morador pagaria um aluguel simbólico poupando recursos para que depois de seis meses pudesse adquirir sua casa própria, passando, sua antiga moradia, para outra família.

O projeto das casas transitórias, gerido pela Secretaria de Bem Estar Social e COHAB, selecionava a população favelada em três distintos grupos, na qual a condição financeira e sua consequente possibilidade de tornar-se mutuário do sistema BNH/COAHB seria a condição de seleção e classificação dos favelados removidos. Os favelados que poderiam se tornar imediatamente proprietários formavam o primeiro grupo. Em seguida, estavam os favelados que dentro de seis ou oito meses poderiam adquirir sua casa própria e em terceiro estariam os considerados “irrecuperáveis e que, portanto deveriam ser internados em hospitais especializados”¹².

As primeiras casas transitórias foram construídas pela COHAB, na Vila Costa e Silva, loteamento construído em 1964 pela companhia e que teve das 1531 unidades construídas, 32 casas provisórias que abrigariam famílias expulsas da extinta favela do Grameiro, localizada onde se encontra, hoje, os condomínios de alto padrão em torno do Parque Taquaral.

¹⁰ Segundo registros de projetos elaborados na década de 70 pelo Plano Diretor de Campinas.

¹¹ LOPES, 1997:62

¹² “Maior favela de Campinas acaba”. O Estado de São Paulo, . São Paulo, 26/01/71 in LOPES, 1997

Esta política habitacional excludente, respaldada pelo plano diretor e vinculada às premissas do desenvolvimento urbano pós 64, consolidava aos favelados a posição de “ilegalidade” e “marginalidade” dando assim legitimidade à aplicação dos projetos de crescimento e desenvolvimento urbano, justificativa para tais despejos coletivos.

Inicia com este processo a construção de conjuntos habitacionais e a consequente formação da segunda periferia de Campinas. Afastada da cidade e da relação emprego - moradia, foi ocupada pela população de baixa renda que beneficiada pelo sistema de financiamento da casa própria do BNH/COHAB, comprava ora lotes com unidades construídas ora apenas urbanizados onde construíam casas de frente e fundo em conjunto com outra família, sem a mínima condição de vida urbana devido a extrema carência de equipamentos e infra-estrutura.

O país, neste período, vivia um sistema político autoritário que sob o comando dos militares silenciava a sociedade civil.

Governos antecedentes ao período, marcados pela “competição entre elites vigentes e por corporativismos, e fortes ações populistas e antidemocráticas”¹³, culminaram em meados de 64 no golpe militar que perdurou até 1985 e marcou o país com um regime extremamente autoritário, no qual eleições diretas para presidente foram suspensas somadas a fechamento de partidos políticos, prisão de antigos líderes sociais e a constantes restrições dos direitos e ações da sociedade civil.

Durante o regime político autoritário até final dos anos 70 e início dos anos 80, ainda era notável a ausência de associações comunitárias, porém, já em meados dos 80, estas se multiplicaram reagindo como resposta ao autoritarismo militar e às péssimas condições de vida nas cidades brasileiras.

¹³ Santos e Avritzer in Sousa, org 2003

A princípio, nos anos 70 em Campinas, através da organização dos moradores da periferia, iniciou-se uma intensa mobilização e organização, que ainda sem o apoio dos moradores de favelas, passou a reivindicar melhores condições de moradia, saúde, transporte e educação.

Em meados dos anos 70, mais precisamente em 1974, em pleno período militar e censura de meios de comunicação, a imprensa de Campinas deixa de pronunciar relatos de favelados sobre as condições em que viviam.

A matéria publicada no *Correio Popular* ("As remotas e profundas causas do desfavelamento", 04.08.74) exibe uma denuncia em que os favelados alojados nas casas provisórias, eram impedidos de falar de suas condições de moradia.¹⁴

Os favelados também deixaram de ser catalogados pela Secretaria de Bem Estar Social, que desde de a gestão do prefeito Orestes Quércia, entre 1968 a 1972, realizava tais serviços.

Este trabalho de catalogação realizado pela assistência social pública, "foi de grande valia para que os empreendimentos do governo municipal, de grupos econômicos locais e técnicos de planejamento fossem implantados."¹⁵

Na gestão do prefeito Lauro Péricles, entre 1973 e 1976, a secretaria de Bem Estar Social, se afastou das favelas, deixando de realizar e atualizar o catálogo de migrantes e favelados da cidade.

As administrações regionais, criadas pelo prefeito Lauro Péricles com o intuito de aparentemente descentralizar o atendimento dos moradores dos bairros periféricos passaram a qualificar as mobilizações e organizações de moradores, como "problemas técnicos", minimizando as reivindicações, privando e controlando os favelados de pronunciarem-se sobre as péssimas condições em que viviam. Este novo canal administrativo do poder executivo tornou-se, portanto um importante mecanismo de controle social.

¹⁴ Lopes, 1997 : 70

¹⁵ Lopes 1997:64

Sem a mínima organização, os favelados de Campinas tornaram-se vulneráveis aos programas de habitação e às ações do poder público ora de erradicação, ora de remoção para habitações e loteamentos sem a mínima condição de infra estrutura e urbanidade.

Ao final de 1979, após a administração de Péricles e do então prefeito Chico Amaral, os moradores passaram a se organizar através das Assembléias Populares, que receberam o apoio dos moradores de favelas, totalmente descrentes da política de habitação BNH/ COHAB e contra o programa de remoção arbitrária realizado pelo Programa de Financiamento para lotes urbanizados – PROFILURB, e sua conseqüente relocação em áreas afastadas e sem qualquer condição de urbanidade.

O programa PROFILURB nasceu para atender a demanda de baixa renda vivida pelo modelo adotado do BNH de auto sustentação financeira, já que o financiamento sem retorno resultou na sua insolvência.¹⁶

Para atender a esta crescente demanda e baratear os custos de produção de moradias criou-se duas estratégias: a doação de terrenos e ou infra-estrutura pelos municípios ou estados interessados na produção de conjuntos habitacionais e a criação de programas como o PROFILURB que foram desenvolvidos em terrenos de ínfimo custo para o governo.¹⁷

No entanto, não se estabeleceram mecanismos de controle sobre as condições técnicas da produção, sequer para tetos/tabelamentos dos preços das mercadorias e seus componentes, nem sobre a qualidade das unidades produzidas.¹⁸

O programa de lotes urbanizados acabou por produzir nas cidades em que foi instalado um quadro de “segregação espacial, onde os mais pobres têm menos acesso a cidade, seja pela distância,

¹⁶ Arrecthe, 1990

¹⁷ Emiliano, 2006

¹⁸ Arrecthe, 1990

pela falta de equipamentos, de transporte, de infra-estrutura, seja pela dificuldade de acesso a cultura, educação e saúde”¹⁹

Este processo de fortalecimento e intensa mobilização e organização do movimento de favelados de Campinas, acabou por transformar as ações do poder público em relação a esta condição de moradia de “erradicar” e “despejar” para “urbanizar” e “integrar”. Isso fortaleceu a crescente participação e atuação na política urbana dos favelados qualificando-os como sujeitos politicamente ativos e “sinônimo de luta pela cidadania e participação da gestão democrática do espaço urbano”²⁰.

Esta sucessiva mobilização e participação na política da cidade, contra a política habitacional e do excludente desenvolvimento urbano, transformou-se no movimento político mais ativo de Campinas: a Assembléia do Povo.

A Assembléia do Povo era um movimento de favelados e associações de moradores assessorados pela pastoral da Igreja Católica instalada em Campinas a partir da década de 70, que excluídos do processo de desenvolvimento e expansão urbana preconizados nos anos 60 reivindicavam melhores condições para vida urbana. Durante aproximadamente sete anos de organização, entre 1979 e 1986, a Assembléia do Povo formou sujeitos capazes de agir e participar ativamente do cenário político de Campinas.

O surgimento, no entanto, de novos atores sociais “com a saída dos militares do poder, a partir de 85, começa a se alterar o significado atribuído à sociedade civil. Com a progressiva abertura de canais de participação e representação política, a partir das pressões populares, promovidos pelos novos governantes, os movimentos sociais (especialmente os populares) perderam paulatinamente a centralidade que tinham nos discursos sobre a participação da sociedade civil. Passa a haver uma fragmentação do que se denominou como “sujeito social histórico”, centrado nos setores populares,

¹⁹ Emiliano, 2006

²⁰ Lopes 1997 : 174

fruto de uma aliança movimento sindical + movimento popular de bairros (trabalhadores e moradores), até então tidos como relevantes para o processo de mudança e transformação social. Surge uma pluralidade de novos atores, decorrentes de novas formas de associativismo que emergem na cena política. A autonomia dos membros da sociedade civil deixa de ser um eixo fundamental para a construção democrática porque, com a saída dos militares e o retorno dos processos eleitorais democráticos, a sociedade política, traduzida por parcelas do poder institucionalizado no Estado e seus aparelhos, passa a ser objeto de desejo das forças políticas organizadas. Novos e antigos atores sociais fixarão suas metas de lutas e conquistas na sociedade política especialmente nas políticas públicas."²¹

Este refluxo dos movimentos populares como mostra, GOHN, em Campinas foi refletido com a minimização da ação política da Assembléia do Povo, após 1986, que como todo processo, cíclico, de mobilização popular e participativo no Brasil, sofreu temporária estagnação.²²

Fortalecidos e legitimados, pela constituição de 88 que previa através do artigo 14 e 29 que a participação das associações populares fosse requerida no processo de organização das cidades, garantindo assim a incorporação de novos atores da sociedade à nova institucionalidade democrática, os movimentos populares que desde do final dos anos 70 e início dos 80 começaram a se organizar contra as precárias condições de vida urbana e contra a ditadura militar, "estabeleceram-se em praticamente todas as áreas sociais, ainda que administrações posteriores à promulgação da Lei Orgânica do Município (1988) tenham procurado limitar a sua atuação."²³

²¹ GOHN, 2005: 74,75.

²² OTTMANN, 1995 : 206-7

²³ (Antonio da Costa Santos e Izalena Tiene, encontro comemorativo com lideranças da Assembléia do povo de Campinas,2001)

Este reconhecimento da participação de associações civis garantidos pela Constituição de 1988 ampliou a ação de atores anteriormente excluídos e possibilitou a aplicação de políticas públicas que expandissem o controle e deliberações destas iniciativas populares.

Experiências de participação da sociedade civil em políticas públicas puderam desde o final da década de oitenta, início de 90 serem realizadas no Brasil. Especialmente a experiência de co-gestão entre Estado e sociedade no setor de saúde, em especial os conselhos de saúde, criado por lei em 1990, assegurava não apenas o esforço e mobilização da sociedade organizada para pressionar o Estado para reivindicar direitos sociais, mas garantia que representações e ações da sociedade civil coagissem com o controle Estatal dividindo o controle da gestão dos recursos destinados à saúde pública.²⁴

A aplicação em 1988 do instrumento participativo de controle do orçamento público municipal – OP - em Porto Alegre, pela prefeitura do Partido dos Trabalhadores, deu início a uma nova gramática política de ações de múltiplos e distintos atores, legitimando e incentivando as comunidades locais a participarem dos processos decisórios do orçamento da cidade.

Em Campinas, nos anos 90, com a ampliação do campo de ações da sociedade civil, e a multiplicação dos conselhos locais de saúde e moradia e a criação da Central dos Movimentos Populares, sobretudo nas ações do movimento dos sem terra (MST) e de seu desdobramento urbano, movimento dos sem teto (MTST) para resgatar a luta pela moradia, a mobilização e luta pela construção e desenvolvimento social em Campinas, voltou a ser novamente ativa.

Em 2001, com a posse do prefeito Antonio da Costa Santos (Toninho) do Partido dos Trabalhadores, após aproximadamente 10 anos de baixa ação participativa nas políticas públicas em Campinas, o Orçamento Participativo no município pôde ser aplicado, onde a soberania popular novamente participa da gestão dos assuntos comuns ao desenvolvimento urbano local.

Estas ações delegaram às organizações sociais, uma gramática democrática que diferenciava da lógica tecnocrática e excludente dos corpos de representação política dos períodos antecedentes.²⁵

Mesmo populações de renda mais baixa e outras excluídas das instituições representativas clássicas, ganharam oportunidade de influenciar em políticas que afetariam diretamente suas vidas.²⁶

²⁴ SANTOS, Nelson Rodrigues dos, in Revista Polis, 2000.

²⁵ Avritzer, 2004

²⁶ Avritzer, 2002

1.1

a participação em campinas

orçamento participativo e emendas parlamentares: condições para o desenvolvimento projetual urbano.

1.1.1

orçamento participativo

Em Campinas, o OP foi aplicado no início da gestão do Partido dos Trabalhadores em 2001, quando o prefeito Antonio da Costa Santos (Toninho), assumiu a prefeitura Municipal.

Segundo balanço feito pela Coordenadoria Especial da Participação Popular e do Orçamento Participativo, sob o comando de José Braga, o Orçamento Participativo em quatro anos mobilizou e reuniu aproximadamente 90 mil pessoas e em seus três primeiros anos deliberou cerca de R\$ 193 milhões em investimentos públicos, aproximadamente 19% do orçamento municipal.

A cidade, para melhor controle da participação e do processo de deliberações, foi dividida em 18 regiões (14 administrações regionais e 4 subprefeituras) e 8 temáticas específicas :Assistência Social (que inclui cidadania, mulheres, juventude, comunidade negra, portadores de necessidades especiais, homossexuais e idosos), Saúde, Gestão, Educação, Cultura, Esportes e Lazer, Desenvolvimento Econômico e por fim, Habitação).

Em cada região realizar-se-ia uma primeira rodada de assembléias locais, na qual cada bairro de uma regional elegia as prioridades locais e através de um fórum mínimo de 30 pessoas, os participantes elegiam para cada 10 cidadãos presentes, um representante local.

Estes representantes locais, por sua vez, compunham as assembléias regionais (18) onde por um plebiscito interno composto por duas chapas elegiam-se os quatro conselheiros (2 titulares e 2 suplentes) e três temas referentes à demanda de cada assembléia local.

Para que um tema fosse votado como prioridade cada conselheiro deveria trazer o maior número de participantes locais (onde efetivamente estas obras seriam beneficiárias), nas votações das assembléias regionais para que, posteriormente, as prioridades fossem encaminhadas para cada bairro.

As assembléias temáticas percorriam todas as regionais por tratarem de assuntos específicos que poderiam estar presentes em todas as regiões da cidade.

Nas assembléias locais, o critério de participação era o local da moradia e os assuntos, de interesse da maioria. Cada bairro se organizava de maneira específica. Eram usadas chamadas em auto falantes de Igrejas, pela rádio municipal, a Rádio Educativa de Campinas, carros de som que percorriam as ruas, anúncios na associação de moradores, em bares, pontos de ônibus, panfletos distribuídos nas ruas, os chamados “mosquitinhos” que auxiliavam e minimamente asseguravam que as reuniões locais fossem divulgadas para a população.²⁷

O Conselho do Orçamento Participativo (COP) elaborou um procedimento para avaliar as inúmeras demandas que surgiram deste processo participativo que ordenava as prioridades seguindo os seguintes critérios:

1º: ordem de prioridade da demanda definida na região

²⁷ Entrevista com Alfredo L. Gomes – ex conselheiro da temática de saúde, atual coordenador do OP, inativo nesta gestão. Entrevistador: Fabio B. Netto de Araújo.

2º: o índice de carência da região

3º: a quantidade de população a ser beneficiada pela demanda.

Cabia ao Conselho além de hierarquizar as demandas seguindo estes critérios, realizar interlocuções entre os conselheiros das diferentes regiões e assembléias a fim de criar uma leitura real das distintas carências para a partir deste reconhecimento da cidade como um todo, elencar e priorizar onde seriam aplicados os primeiros recursos.

Foram feitos, neste sentido, visitas de reconhecimento a diferentes regiões, onde todos os conselheiros tiveram contato com a população local e avaliaram assim suas deliberações.

Foram deliberadas obras de pavimentação, redes de água e esgoto, escolas de primeiro e segundo grau, centros de saúde, iniciaram processos de desapropriações e construções de unidades habitacionais e praças de esportes.

Se somarmos os recursos de Educação (20%), Saúde (14%), Habitação (10%), Assistência Social (6%) e obras de infra-estrutura como pavimentação e redes de água e esgoto, chegaremos a um montante de 80% dos recursos deliberados pelo OP, ou seja, investimento nas necessidades básicas.

Todas estas obras tiveram específicas secretarias municipais que as gerenciavam e através de processos licitatórios, contratavam escritórios e empresas de projeto, gerenciamento de obras e construtoras para a realização e concepção das mesmas.

A construção e concepção das praças de esportes, analisadas neste trabalho, foram gerenciadas pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e tiveram para suas realizações aproximadamente 9% do orçamento destinado às deliberações do OP.

Foram, então, aprovadas 37 demandas para a temática Cultura, Esportes e Lazer, geridas pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, dos quais 15 foram projetos de praças de esportes, entre novas construções, regularizações de terrenos ocupados por moradores e reformas de espaços existentes que funcionavam precariamente.

Das 15 prioridades de construção das praças de esportes, seis tiveram suas obras concluídas até o final da gestão em 2004, quando as atividades do OP foram paralisadas.

Este processo participativo criado, como instrumento de realização dos projetos urbanos deliberados pelas assembléias populares (regionais e locais) garantiu que o conhecimento das condições da vida local, dos problemas e carências dos bairros periféricos e das reais necessidades dos moradores pudessem de fato serem discutidas e colocadas como programa a ser resolvido pelos técnicos envolvidos, sejam eles do poder público ou profissionais liberais, envolvidos no processo de concepção dos projetos e obras requeridas no OP e Campinas.

O OP, portanto, tornou-se um grande espaço público de discussões acerca do desenvolvimento urbano e de reivindicações populares viabilizando o estreitamento de relações entre sociedade civil e Prefeitura Municipal.

Especificamente nos projetos das praças da Vila Costa e Silva e do Parque Jambeiro, deliberadas pelo OP, o processo de intensa participação e contato entre população e arquitetos, resultou em um trabalho onde as realidades locais puderam, pela primeira vez, serem conhecidas e pensadas e debatidas mais intimamente.

O contexto da participação e contato com a população para o desenvolvimento projetual das praças de esportes, permitido pelo OP, garantiu maior tempo para a elaboração e maturação dos projetos urbanísticos.

As reuniões eram fáceis de serem agendas, a rede de atores envolvidos era clara e transparente, conhecíamos (no caso do projeto da praça de esportes do parque Jambeiro) praticamente todos os membros da associação de moradores e técnicos da Secretaria, de modo que o

desenvolvimento dos projetos das praças deliberadas pelo OP, refletiu o que o próprio instrumento tenta inserir no processo de publicisar as políticas de orçamento e desenvolvimento do município.²⁸

Garantido pelo próprio processo de aplicação e trabalho do OP, os projetos de arquitetura e urbanismo, e sua conseqüente aplicação prática, aproximaram a realidade social dos moradores das periferias assistidas da prancheta dos arquitetos.

A participação popular, principal meta da aplicação deste instrumento nas discussões de investimento e desenvolvimento urbano, além de permitir esta compreensão das realidades locais, permite a valorização da etapa do projeto urbano, dando o tempo necessário para o desenvolvimento desta etapa de produção dos espaços edificados.

Como veremos a seguir, este tempo de maturação projetual permitido no OP, não ocorre nos processos onde o recurso vem das Emendas Parlamentares, como foi o caso do DIC e da Vila Esperança.

A incontestável necessidade dos recursos da Emenda, destinados às intervenções nos precários espaços utilizados pela população para atividades esportivas e de lazer, por um lado os qualifica, dotando-os de equipamentos mínimos para a sua utilização, por outro, minimiza o tempo da ação projetual e sua compreensão da realidade e anseios locais, sem contudo, desqualificar a apropriação dos espaços com potencialidade de tornarem-se, de fato, públicos.

²⁸ Ver os capítulos específicos das praças.

emendas parlamentares

Paralelamente aos recursos obtidos através do OP em Campinas para a construção das praças de esportes construídas no município durante a gestão do Partido dos Trabalhadores na cidade, outro processo de captação de recursos para obras no município foi realizado para benefício da população.

Os recursos financeiros obtidos pelo processo de emendas parlamentares serviram para que a população se beneficiasse para a efetiva construção das praças, quando estas não foram eleitas como prioridade nas assembleias do OP.

A praça de esportes do DIC VI, como veremos no capítulo 2 e da Vila Esperança, capítulo 5 foram concebidas através de recursos de emenda do deputado federal do Partido dos Trabalhadores Luciano Zica, que exercia seu cargo, durante o mesmo período da gestão municipal de Campinas, do mesmo partido.

As emendas surgiram como um “processo orçamentário criado na década de 40, que autorizado na Constituição Federal de 1946, legitimaria e garantiria ao poder legislativo, esfera de maior relevância na defesa dos interesses da sociedade nos governos de democracia representativa, o dever de debater, aprovar ou modificar o projeto de lei orçamentária enviada pelo poder executivo”.²⁹

²⁹ TRISTÃO, Gilberto, **A reorganização do processo de planejamento e orçamento do governo federal: estratégia de modernização gerencial**, in VII Congreso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002

A princípio tal processo surgiu para que os parlamentares corrigissem e substituíssem “desequilíbrios de prioridades e interesse específicos de grupos sociais por interesses regionais e locais”³⁰.

No entanto, dos anos 40 até meados dos 60 foi parcialmente deturpado, “pois não havia restrições para a apresentação de emendas fato que, devido ao elevado numero de emendas apresentadas que não atendiam ao real orçamento, qualificou como ilusória a participação do poder legislativo já que as emendas liberadas pelo poder executivo apenas respondiam ao seu próprio interesse, minimizando assim o poder da sociedade civil no cenário político brasileiro”³¹.

A restrição à participação do poder legislativo foi durante a década de 60 e na constituição militar de 1967, ainda mais intensificada. Apenas na constituição de 88 e na redemocratização do país, o legislativo pôde interferir nas definições das prioridades e na distribuição dos recursos públicos de maneira a adequar o orçamento federal aos interesses locais.

O processo de liberação de verbas para emendas apresentadas pelos parlamentares prejudica o desenvolvimento dos projetos urbanos que dependem destes recursos. O orçamento é aprovado no início do ano, porém a verba para os projetos é liberada aos poucos, gradativamente, em função da receita do Estado. A maior parte das emendas é liberada no final do ano, geralmente em dezembro, quando se confirma a disponibilidade final de recursos.

Para que o recurso não se perca, é preciso, no entanto, que o parlamentar que solicita as emendas anualmente, apresente o plano de investimento e a real destinação do montante dos recursos de maneira concreta, ou seja, no caso de projetos de melhorias urbanas é preciso que o projeto da intervenção esteja, de maneira clara, apresentado e que seu cronograma físico financeiro comprove e

³⁰ idem

³¹ idem

regule a aplicação de tais recursos. Caso esta apresentação e comprovação não ocorram até o final do ano, a verba estará perdida.

Geralmente este processo acontece rapidamente, às pressas, para que, como dito anteriormente, não se perca o recurso. Esta incompatibilidade entre o tempo de desenvolvimento projetual e processo de liberação dos recursos em muitos casos acaba por reduzir o primeiro para não prejudicar ou inviabilizar as intervenções e aplicações dos recursos requeridos.

A clareza do processo, dos atores envolvidos e o tempo de desenvolvimento de projetos urbanos que o instrumento OP estabelece, ainda que a qualidade da participação não esteja aqui mencionada, permitem que os cidadãos participantes sejam escutados e anseios, recursos e projetos melhores trabalhados.

O mesmo não ocorre com tanta facilidade nos projetos de emendas. A pressa neste caso, inviabiliza o processo participativo de desenvolvimento projetual sem, no entanto como veremos a seguir, desvalorizar a construção sócio-política, fruto de constantes mobilizações populares em busca de melhorias e de reais condições de urbanidade.

2

praça de esportes do DIC VI

2.1

cidade

Contendo lotes industriais que abrigariam prioritariamente indústrias presentes na região central da cidade dentre as quais destacavam-se os fogões DAKO e Chapéus Cury, localizadas na avenida Orosimbo Maia e no bairro Guanabara, desapropriadas pelo Plano Diretor que aliviaria a região central das indústrias, a cidade industrial de Campinas foi inaugurada em meados dos anos 70 durante a gestão do prefeito Chico Amaral.¹

Para a construção do empreendimento imobiliário e o loteamento da gleba, através da Lei 4.092, de 11/01/1972 o Escritório Municipal de Planejamento, transforma-se em Empresa Pública, a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas –EMDEC, atribuindo à nova empresa, através do Plano Comunitário Municipal, a competência para executar o loteamento.

Inicia-se um árduo processo de desapropriação dos lotes da gleba para a construção de quatro milhões de metros quadrados de lotes industriais infra-estruturados.

¹ Entrevista realizada com Ari Fernandes, PUC Campinas, Entrevistador: Fabio B. Netto de Araújo. Data: 27/ Setembro/ 2006

No entanto, com a compra de aproximadamente 40% dos lotes pela fábrica da Mercedes Benz, a preços baixíssimos e que mal pagavam as indenizações de desapropriações² dos antigos proprietários das glebas, a EMDEC segura a venda dos lotes restantes gerando uma variável especulativa ao empreendimento que aliado ao difícil processo de desapropriação que impossibilitou a efetiva posse dos lotes pelos industriais de Campinas e que, portanto não puderam participar de qualquer tipo de financiamento para a construção de suas instalações, iniciam o processo de falência do distrito.

Um ano após o fracasso das instalações do Distrito, o prefeito assina outro decreto de utilidade pública que desapropria cinco milhões de m² contíguos ao primeiro empreendimento e transfere à COHAB – Companhia de Habitação Popular de Campinas a responsabilidade de urbanizá-los e utiliza-los para fins de implantação de conjuntos habitacionais populares.

A Cidade Industrial de Campinas foi então planejada pela COHAB para ser construída em 6 partes. Os DICs I ao VI, no entanto, não foram construídos seqüencialmente. Os seis conjuntos habitacionais tiveram suas obras iniciadas praticamente ao mesmo tempo, facilitando desta maneira, os processos de desapropriação das glebas utilizadas. Esta prática segundo Ari Fernandes, além de facilitar o processo de desapropriação aceleraria os financiamentos para a construção e venda das unidades.

As obras das unidades e de implantação de redes de infra-estrutura urbana atraíram para a região famílias de trabalhadores da construção civil que, ao longo da implantação das unidades, configuraram três favelas à beira do córrego Areia Branca limítrofe com o loteamento Ouro Verde e em outras áreas que haviam sido destinadas nos projetos dos conjuntos para constituir áreas públicas municipais para fins institucionais e áreas verdes.

² idem

Distante aproximadamente 15 km da região central da cidade, os seis conjuntos habitacionais construídos pela COHAB durante a década de 70 e os loteamentos privados populares e edifícios da CDHU são servidos por 27 linhas de ônibus urbanos do terminal de passageiros Ouro Verde, segundo maior terminal de passageiros de Campinas.

Implantado após a rodovia dos Bandeirantes gerando, portanto inacessibilidade direta pela rodovia devido ao isolamento previsto em sua implantação viária, o Distrito Industrial tem como principal via de acesso a avenida Rui Rodrigues, que com 10 km de extensão é servida de um importante setor terciário e de serviços que abastece os bairros da região sudoeste, a mais carente de infra-estrutura urbana e onde se localiza o maior número de ocupações irregulares e favelas de Campinas.

Existem onze centros de saúde que atendem à região sudoeste – destes, apenas 2 atendem aos DICs, suprimindo ainda que precariamente, a ausência de hospitais públicos na região. Os hospitais públicos Mario Gatti e o Celso Piero (PUCC), os mais próximos da região analisada, estão localizados a cerca de 10 km de distância dos conjuntos habitacionais e núcleos de favelas e ocupações. Os dados da Secretaria Municipal de Saúde indicam que os centros de saúde da região sudoeste cadastraram 186.765 pessoas, das quais cerca de 50.000 são atendidas pelos dois centros presentes nos DICs 1 e 3.⁴

Na principal avenida de acesso ao bairro, Ruy Rodrigues, co-habitam hipermercados, pequenos comerciantes, agências bancárias, gerando um importante eixo de serviços e comércio que qualificam e dotam, ainda que discretamente, a região. Esta, por sua vez, desemboca no terminal Ouro Verde iniciando assim o importante eixo de ligação entre os seis loteamentos da cidade industrial.

Ao longo da avenida Suassuna, este principal eixo de ligação e desenvolvimento comercial e de serviços do bairro, que parte do terminal e atravessa grande parte dos conjuntos habitacionais do DIC VI desenvolveu-se ainda que muito localmente, uma pequena centralidade onde agências bancárias, mercados, escolas, centros de saúde, bares e pequenas lojas de roupas e acessórios convivem com os edifícios de 4 andares e as residências unifamiliares.

É nesta importante eixo de circulação, vivo, eclético e dotado de intensa vida urbana que se situa o terreno de aproximadamente 20.000 m², que durante 15 anos foi utilizado precariamente pelos moradores do bairro como o principal local de atividades esportivas e eventos comunitários.



Imagem de satélite do entorno e principais vias de acesso à praça.
Fonte: Google Earth

⁴ Secretaria de Saúde de Campinas. Sistema de Informações em saúde – TabNet., Campinas, 2000-2005

E

Embora este espaço permanecesse vazio de construções e equipamentos esportivos pelos 15 anos ditos acima, a praça sempre foi ocupada e utilizada pela população que realizava constantemente além dos eventos esportivos, encontros e festas comunitárias.



Situação do terreno antes da obra



Campo de futebol

Não por mérito do desenho urbano adotado no projeto do loteamento, mas por uma necessidade de preservação ambiental devido à nascente localizada ao lado da avenida Suassuna que contribui para a formação do córrego Areia Branca, limite norte da Cidade Industrial com o loteamento popular privado Ouro Verde, este terreno de importante localização, central e rodeado por uma vivacidade urbana evidente, que foi destinado no início do loteamento como área verde e de preservação ambiental, pôde após 15 anos de ocupação precária ser dotado de instalações mais adequadas às necessidades dos moradores.

Segundo o advogado da COHAB, Manoel Jofilly, tais equipamentos públicos não seriam de responsabilidade da COHAB, o que destinou ao terreno o abandono de 15 anos e que só pôde ter

seu uso qualificado por uma obra civil de instalação de equipamentos esportivos e infra-estrutura urbana após inúmeras reivindicações dos moradores do loteamento.⁵

Esta diversidade de usos, aliada a uma densidade populacional mais intensa do que os demais trechos do loteamento por estar justamente cercada por edifícios garantiu ao espaço urbano uma pré-disposição, uma potencialidade e uma publicização latente, onde, de fato, as interações sociais e usos livres e a qualquer momento, pudessem ocorrer mais previsível e facilmente.

⁵ Entrevista realizada com Manoel Jofilly, gerente jurídico da COHAB Campinas
Entrevistador: Fabio B. Netto de Araújo. Data: 5/outubro/2005

2.2

participação

Desde o início do loteamento no final da década de 70, o terreno destinado ao uso público e preservação ambiental com aproximadamente 20.000m² (cerca de 15 % do total da gleba desapropriada para a construção do DIC VI), limítrofe norte da Cidade Industrial com o loteamento Ouro Verde concluído na década de 50, foi precariamente ocupado por dois campos de várzea, mantido pela associação de bairro, onde treinos de times de futebol da região e treinamentos de atletismo eram coordenados pelo instrutor Celito, morador há 15 anos do DIC VI e antigo presidente da associação de moradores do bairro.

Durante a década de 80, sob o comando de Celito, os times de futebol compostos por moradores da cidade industrial chegaram a participar de competições esportivas da cidade e região.

O local utilizado para prática de atividades esportivas, até meados dos anos 90 foi o único da região 12 que composta pelos conjuntos da COHAB, CDHU e dos loteamentos privados populares somavam até meados da década de 90, portanto, 20 anos após o início das obras de implantação do loteamento, cerca de 187.000 moradores dos quais cerca de 12.000 moravam em favelas.⁶

Houve, segundo Celito, intensa luta da associação dos moradores com a COHAB por cerca de 15 anos, para a construção da drenagem do campo, iluminação, pistas para caminhada e grades

⁶ FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Resultados Preliminares da Contagem Populacional de 1996.

para proteção, pois, desde a construção das primeiras unidades (final da década de 70) até meados de 2002, nunca houve qualquer interesse por parte da prefeitura em executá-la.⁷

À COHAB, no entanto, não caberia o dever de executar as obras dos espaços públicos. A transferência de obrigação em edificá-los para outros órgãos públicos, neste caso, a prefeitura municipal, atrasou a construção das benfeitorias exigidas pela população. Segundo o advogado Manoel Joffily⁸ do departamento jurídico da COHAB, nunca fora de responsabilidade da companhia a execução dos espaços e equipamentos públicos. Este processo, lento e burocrático transforma os espaços públicos em espaços de uso algum, abandonados, onde apenas a mobilização e participação social organizada pode gerar conflitos suficientes para que recursos possam ser obtidos e para que a qualificação ocorra.⁹

A construção desta praça passou, no entanto, pelas discussões orçamentárias do OP, na região 12, porém não foi aceita como prioridade devido a carências básicas como saneamento e educação.

Foi então decidido, nas assembleias do OP da região 12 do ano de 2002, que a construção da praça de esportes do DIC VI fosse deliberada posteriormente à implantação de infra-estrutura de água e esgoto e a construção de duas escolas de ensino inclusivo (CEMEI), a reforma de outras 2 CEMEIS e de uma EMEI (Ensino fundamental) já existentes na região.¹⁰

As deliberações do OP relativas à construção das benfeitorias de infra-estrutura básica e de educação fundamental aliada ao baixo orçamento previsto para suas implantações levaram a associação do bairro a trabalhar para que a verba necessária para a construção da praça pudesse ser obtida de diferente maneira.

A intensa negociação com os órgãos municipais sem que nenhuma verba ou projeto fosse obtido, levou a associação dos moradores do DIC VI, na época presidida pelo Celito, assessorados por Marquinhos, antigo morador da cidade industrial e funcionário do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura Municipal de Campinas, a procurar estabelecer contato com o deputado Luciano Zica do Partido dos Trabalhadores, que na época ocupava o mandato de deputado federal.

Ainda que sem o conhecimento da possibilidade de obtenção do recurso via Emenda Parlamentar, a associação liderada por Celito e assessorada por Marquinhos, procurou o deputado

⁷ Entrevista realizada com Celito . entrevistador: Fabio B. Netto de Araújo Data: 5/ Agosto/ 2006

⁸ Entrevista realizada com Manoel Joffily - idem

⁹ Entrevista com Manoel Joffily - idem

¹⁰ Dados retirados do caderno comemorativo de 4 anos de OP em Campinas, Campinas, 2004

para que de alguma maneira pudessem ser beneficiados. A possibilidade de obtenção dos recursos via Emenda, ainda não eram de conhecimento da associação, que o procurou devido à intensa presença do Partido nas ações de melhorias e defesa dos interesses da região.

Ao final de 2002 o recurso foi finalmente obtido através de um projeto de Emenda feito pelo deputado. Um montante de R\$ 358.000,00 foi destinado para a construção da Praça de Esportes do DIC VI.

Após a obtenção da verba da Emenda, diversas reuniões foram realizadas com a associação de bairro que democraticamente, decidiu pelo programa que efetivamente deveria ser construído no local, sem, no entanto, contar com a presença dos futuros autores do projeto de urbanização.¹¹

Este programa, porém, não foi consenso entre os moradores. Segundo Marquinhos em entrevista cedida para o desenvolvimento do trabalho, cogitou-se a construção de dois campos de futebol (obras de melhorias dos existentes, já que tais campos já existiam no local) que, segundo análises dos moradores que participaram das reuniões realizadas na associação, este espaço poderia ser privatizado pelo grupo do Celito, que treinava e mantinha as atividades com os times de futebol da região.

Segundo Marquinhos, houve diversas reuniões realizadas entre os moradores e o assessor do deputado, e através de votações realizadas na associação de moradores, revelou-se a necessidade e desejo da construção de uma piscina com vestiários e sanitários de apoio e uma quadra poli-esportiva, que seria construída em substituição ao segundo campo de futebol exigido pelos jogadores e o treinador das equipes, Celito, que contrariado disse em entrevista que o projeto foi imposto pela prefeitura, assessores e pelo próprio deputado.

***“Deveria existir aqui dois campos. E não uma piscina! Onde está a pista de cooper?
As mulheres reivindicaram uma pista de caminhada e ela não está aqui...”***, Celito



ná

Piscina. Área de lazer e convívio.

A evidente dissidência entre os próprios moradores, para deliberar o que efetivamente deveria ser construído no local, fez com que os líderes comunitários fossem “renovados”.

A piscina e quadra poli esportiva foram então deliberados atendendo anseios diferentes dos antigos líderes que lutavam pela construção e manutenção do campo e da equipe de futebol da região. Este novo programa diversificou o uso da praça e levou ao convívio distintos moradores de diferentes idades que utilizam os equipamentos em horários e dias diferentes levando assim constante presença e vivacidade à praça.

O processo de licitação para que o projeto e obra fossem realizados, iniciou em meados de 2002 e no final do mesmo ano o programa, previamente estabelecido pelas reuniões entre assessores e moradores, chegou ao escritório Áurea para que fosse resolvido técnico e financeiramente.



Imagem de satélite do entorno e principais vias de acesso à praça.
Fonte: Google Earth

4.3

projeto

O programa deste projeto chegou ao escritório, para que fosse solucionado tecnicamente em outubro de 2002, como disse, já previamente debatido com a população local.

Havia a necessidade de pensar como implantar uma piscina, uma quadra poli esportiva coberta e pequenos edifícios anexos de serviço e apoio a tais atividades respeitando o orçamento estabelecido pela Emenda, baixo para a construção dos programas exigidos pela comunidade, em um terreno com graves problemas geo-técnicos¹² e principalmente cumprir o prazo extremamente curto para o bom desenvolvimento projetual e adequação do projeto executivo ao orçamento para que não se perdesse o recurso da Emenda aprovada no final de 2002.

O recurso obtido pelo deputado Luciano Zica, para ser efetivamente liberado deveria ter, de imediato, o projeto já previamente estudado, corretamente orçado, pois parte do montante da verba adquirida seria destinada à construção da praça do DIC.¹³



Vista dos sanitários e parte da cobertura da quadra.

Após a entrega dos projetos (arquitetônico, estrutural e de instalações elétricas e hidro sanitárias) para a aprovação e obtenção dos recursos na esfera Federal, houve uma contenção dos custos, exigido pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e pela Caixa Econômica, o que levou, novamente às pressas, o escritório a re-elaborar e adequar o projeto em seu novo orçamento.

Tivemos, portanto, de reduzir áreas de pavimentação e alambrados sem, contudo modificar o programa construído pela população.

Este fato, além de não nos permitir realizar as reuniões com a população, colocada pelos próprios assessores políticos como um “empecilho” ao curto prazo de elaboração do projeto, prejudicou o correto desenvolvimento e adequação programa x orçamento.

Não houve, neste projeto, envolvimento da população com os arquitetos para discussão de programa, implantação e construção. Embora tivessem existido diversas tentativas de aproximação da população com os autores para elaboração e apresentação do projeto, todas elas fracassadas devido ao rápido andamento que o projeto deveria ser desenvolvido para que o recurso não fosse perdido, devido o próprio processo de obtenção e liberação das Emendas.

¹² Existe no terreno além da nascente do contribuinte do Areia Branca, grandes taludes de cortes realizados para a construção do sistema viário.

¹³ Ver capítulo 1.1.2 – emenda parlamentar – condição de desenvolvimento projetual.

Conseguimos, entretanto, mobilizar a comunidade local para que fizessem, nas paredes das edificações, murais de grafite, previstos no memorial descritivo da obra, evitando pixações e atos de vandalismo.

Este projeto foi elaborado muito rapidamente. Tivemos menos de uma semana para recalcular todo o seu custo, pois havia sido barrado nas avaliações da Caixa Econômica. Esta redução do tempo de desenvolvimento projetual para que não se perdesse o recurso, reduziu a participação popular à leitura de um programa previamente desenvolvido pelos moradores. Não pudemos estabelecer contato com os moradores, (como realizado no processo de desenvolvimento da praça de Esportes do Parque Jambuí, que teve recurso obtido pelo OP 2002, como veremos no capítulo 4), e conhecer as reais necessidades como eventuais adequações técnicas ao programa de maneira a atender outras reivindicações e anseios diante do mesmo orçamento global previsto para a construção.

Reuniões foram negadas pelos técnicos da Secretaria de Cultura Esportes e Turismo sob o discurso de que, se envolvêssemos a população para o debate a cerca do programa e projeto, poderíamos perder o prazo de entrega do mesmo, perdendo conseqüentemente o recurso obtido.

Como conseqüência do não envolvimento da comunidade com os arquitetos, durante a construção da praça, houve diversas manifestações populares exigindo mudança do local de implantação da quadra poli esportiva, das instalações e construção da piscina e sobre o fechamento da praça.

Alguns moradores queriam que no projeto fosse previsto o fechamento total da praça por alambrados e cercas, outros achavam apenas que a piscina, por uma questão de segurança dos usuários, fosse fechada, ainda que com alambrados permeáveis, que garantiriam a visão e controle das atividades lá exercidas.

Mesmo não havendo verba suficiente para a construção do campo de futebol tanto exigido por parte dos moradores, por algumas vezes, as obras foram paralisadas por manifestações que pediam a re locação da quadra poli esportiva permitindo, assim, a ampliação do espaço livre previsto pelos moradores para a futura construção do campo de futebol.

Este afastamento arquitetos - população local, fruto do próprio processo de obtenção de verba e da necessidade de rápida aprovação, gerou pequenas dúvidas na população.

Questões sobre a implantação dos equipamentos e principalmente sobre o custo das edificações ainda são questionamentos e assuntos de discussões entre os moradores, técnicos da prefeitura, do Departamento de Parques e Jardins (DPJ) e da Secretaria de Cultura Esportes e Turismo e entre os arquitetos que projetaram a praça, que ainda mantém contato com os líderes comunitários da região.

Cabe aqui destacar a importante participação da professora de atletismo e natação da praça, Dilcinéia, (funcionária da Secretaria de Cultura Esportes e Turismo) que ajudou a formular o projeto de "grafitagem" e a mobilizar os jovens para a realização das pinturas.

Um evento que reuniu jovens de toda a região do DIC foi então marcado para que fosse "inaugurada" esta etapa de apropriação dos equipamentos públicos.

Durante 3 vezes por semana, Dilcinéia (apelidada carinhosamente pelos usuários de Dil), realiza treinos de atletismo com os jovens, além de aulas de hidroginástica com as mulheres.¹⁴

Muitas dessas atividades aquáticas são destinadas a trabalhadores afastados por ocorrências médicas, que devido a prescrições, devem realizar aulas de hidroginástica como tratamento de dores e traumas causados pelo trabalho.

¹⁴ As atividades de hidro ginástica está temporariamente inativa devido à consertos nos equipamentos da piscina desde meados de 2006.

Devido à nascente do córrego contribuinte do Areia Branca, que limita o DIC com o Ouro Verde, e que passa dentro do terreno destinado à construção da praça, seria necessário prever fundações e arrimos capazes de estabilizar o terreno não ultrapassando custos estimados para a construção dos equipamentos esportivos.



Vista do vestiário da piscina (com grafite) e cobertura da quadra, ao fundo.

posta | Quadra coberta e sanitários.

metálicas termo-acústicas de cor azul foram especificados para a execução da obra do vestiário, que contaria, além das instalações hidro-sanitárias, com uma pequena sala de administração que seria utilizada pelo “chefe de praça”.¹⁵

Para a quadra poli-esportiva foi desenvolvido um sistema estrutural misto entre pilares tubulares de concreto e treliças metálicas que venceriam vão de 12 m. Este sistema poderia ser reproduzido posteriormente à construção desta quadra, em praças a serem implantadas na cidade.

A cobertura da quadra, como especificado no projeto executivo de arquitetura, deveria ser de telhas metálicas na cor amarelo, especificação não cumprida pela construtora licitada para a construção. Esta “pele” de cobertura, apelidada pelo escritório para designar as diferentes

¹⁵ Funcionário da Prefeitura presente nas praças de Esportes da cidade entre 7.00 hs e 17.00, e que administra trabalhos de limpeza e manutenção de equipamentos.

composições que o projeto previa, ao sofrer as futuras reproduções em outros locais, deveria ser modificada em função de cada bairro ou necessidade orçamentária.

As telhas tipo sanduíche da cobertura da quadra poli esportiva, especificadas no projeto, foram substituídas por telhas metálicas simples e sem cor e as contenções de arrimo e fundação da piscina tiveram execução diferente das especificadas pelo projeto estrutural, terceirizado pelo escritório.

Houve, também, alterações de materiais feitas pela construtora licitada para a construção da praça, o que levou a descaracterização das edificações, prejudicou o conforto térmico previsto para o vestiário e a estabilidade da piscina que após dois anos da construção da praça, sofreu um pequeno deslocamento do contra piso e do piso de pedra mineira.

O alambrado foi colocado apenas no entorno da piscina, evitando assim acidentes e facilitando manutenção – exigência dos moradores cumprida no projeto.

Cabe aqui iniciar uma discussão sobre o fechamento da praça.

Segundo Celito, a praça deveria ser fechada para melhor administração e gestão dos equipamentos além de garantir segurança para os usuários.

No entanto, Marquinhos, em entrevista realizada após a construção da praça, disse que através do debate realizado na associação, decidiu-se juntamente com a população que apenas a piscina seria fechada e que o desenho do vestiário deveria ser pensado de modo a garantir o controle de acesso à piscina.

De fato, a praça se encontra totalmente aberta. Apenas a piscina está cercada com um alambrado para proteção, controle e segurança dos usuários e dos cidadãos que simplesmente passam pela praça para acessarem suas residências, os estabelecimentos comerciais ou a escola em frente.

Muitos ainda reclamam exigindo o fechamento total, principalmente as mulheres que utilizavam a piscina todas as terças e quintas nas aulas de hidroginástica, enquanto que outros nada comentam.



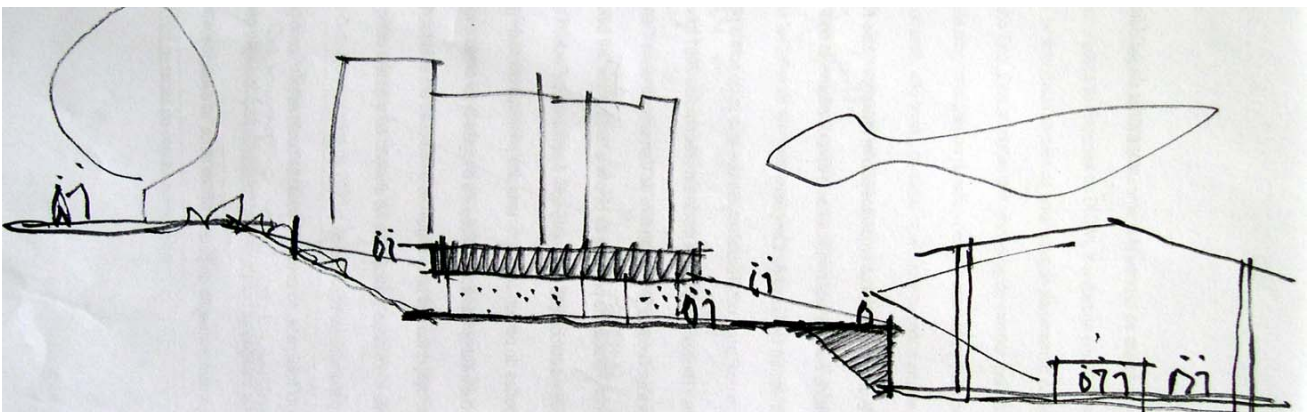
Piscina. Única área cercada por alambrado na praça.



Acesso (livre) à praça.

O fato é que, por estar aberta e ter a presença constante de usuários e atividades esportivas com horários e público distintos, a praça sempre é utilizada pela população.

A implantação dos equipamentos esportivos desta praça permite que estes estejam sempre à mostra para a cidade ao seu redor. Qualquer atividade realizada na praça é observada por todos. Jovens que usam a quadra para jogar futebol, mulheres que utilizavam a piscina para as aulas de hidro ginástica e até mesmos usuários de drogas, convivem, observados pela cidade, sem que qualquer ação violenta deste último afaste os cidadãos do convívio na praça.



Croqui da elevação lateral. Declividade do terreno e percursos.

2.4

apropriação

A praça de esportes foi então finalizada em meados de 2004, não havendo qualquer tipo de envolvimento e participação da população na etapa de construção dos equipamentos públicos, e desde sua inauguração é amplamente utilizada para eventos esportivos e comunitários, sem que as constantes privatizações de certo modo violentas como o tráfico de drogas, por exemplo, (presente em todos os objetos de estudo desta dissertação) pudessem afastar os cidadãos do convívio público na praça.

Com a mudança de gestão em 2004 e a conseqüente (re)centralização da Secretária de Cultura, Esportes e Turismo, trabalhos de manutenção e gestão da praça foram dificultados. Segundo o “chefe de praça”, funcionário da Secretaria de Cultura Esportes e Turismo, que controla a iluminação pública e administra a manutenção dos equipamentos, uma borracha de vedação da bomba da piscina está há dois meses rompida paralisando assim as atividades da hidro ginástica. O que poderia ser fácil e rapidamente resolvido demora meses para que uma simples substituição ocorra.¹⁶

Durante a gestão de 2001-2004 existiam subsecretarias nos bairros possibilitando que pequenas solicitações e reparos dos equipamentos esportivos fossem mais rapidamente solucionados. A burocracia gerada pela centralização da secretaria acabou por prejudicar o que localmente seria fácil de ser realizado, como estas simples substituições de lâmpadas e pequenas peças e equipamentos.

Recorrentemente, há reclamações dos usuários devido à demora no conserto de equipamentos esportivos, e de limpeza (piscina e jardins) devido a este processo lento de solicitação à Secretaria central.

Esta característica de implantação de uma área verde destinada ao uso público implantada em uma região de importante centralidade e de possibilidade de venda de lotes mais valorizados devido à infra-estrutura urbana presente, não é muito comum nos loteamentos realizados em nossas periferias.

Inicia-se comumente o projeto urbano pelos lotes que serão vendidos, garantindo assim maior número e melhores condições e valorização dos espaços privados, sejam eles habitacionais ou comerciais.

¹⁶ Entrevista realizada com Dilcinéia. Entrevistador: Fabio B. Netto de Araújo. Data 5/Setembro/2006

Normalmente nos projetos de loteamentos periféricos para respeitar a lei de parcelamento de solo 6.766, sem perder terrenos passíveis de venda e retorno lucrativo dos investimentos aplicados na construção, as áreas destinadas ao uso público e áreas verdes, não convivem com as unidades habitacionais ou com o setor de comércio e instituições por estarem muitas vezes localizados “de costas” para outros usos urbanos, em terrenos de baixa lucratividade ou de difícil construção, não havendo, portanto, interação entre o público e o privado gerando assim, pelo próprio desenho urbano utilizado, grande possibilidade de morte ou de pouca vivacidade e apropriação pelos moradores.

A conquista e a mobilização como ação de construção sócio política , no entanto não deve ser descartada para que a análise de apropriação destes espaços públicos seja qualificada. A mobilização e participação, única alternativa para a conquista de espaços não construídos pelo processo de loteamento, aliada ao correto desenho e inserção das atividades urbanas onde a troca e a livre utilização da praça é zelada pelos “olhos” das unidades habitacionais e pelo movimento das escolas e pequenos estabelecimentos comerciais ao redor, garantem à praça de Esportes do DIC VI constante vivacidade e uma apropriação onde as diferenças possam de fato conviver sem que haja qualquer principio de hierarquia ou violência capazes de privar os cidadãos do uso livre, público deste espaço.

O fato de possibilitar o livre acesso e de garantir que ações e apropriações não se sobressaiam em relação à outras ações, permitindo que as *singularidades* sejam expressadas, aproximam o espaço público urbano ao conceito da *polis*, onde o cidadão político, capaz de compreender a cidade e de agir e participar, *ver e ser visto*¹⁷, condição primeira para garantir a expressão dos valores culturais, desejos e visibilidade política, qualifica esta praça que mesmo com

¹⁷ Arendt, 2005.

problemas de execução e pouco desenvolvimento projetual, dota a cidade de vivacidade e diversidade.

Esta construção sócio política, de intensa participação e mobilização capaz de qualificar espaços físicos e transformar os moradores em sujeitos ativos no cenário político aliada ao correto desenho urbano que qualifica e potencializa a ação pública, garantiram à praça de esportes do DIC VI uma apropriação extremamente saudável, onde as diferenças puderam de fato conviver harmoniosamente, permitindo que a pluralidade dos homens, contribua para transformar os pequenos espaços públicos das cidades em arenas capazes de transformar politicamente os cidadãos.

Mesmo não havendo participação e envolvimento entre a população e os arquitetos, este processo de construção sócio política de constante mobilização e conquista dos moradores do DIC, aliado à implantação física extremamente favorecida pelo entorno urbano qualificou a apropriação desta praça por parte dos moradores da região.

As conseqüentes modificações e adequações realizadas pela própria população durante a execução das obras da praça, só vieram a melhorar o projeto desenvolvido.

A organização dos moradores e autonomia (ou pelo menos maior autonomia) em relação a gestões subseqüentes é forte aliada ao difícil trabalho de manter o equipamento conquistado após anos luta e de organizar futuras mobilizações e conquistas extremamente necessárias neste contexto de exclusão e precariedade dos bairros periféricos.

Não houve retração ou minimização das ações e mobilizações da associação com a mudança de gestão municipal em 2005. Esta mudança veio, no entanto diminuir o contato com os líderes comunitários e presidentes de associação de moradores, minimizada em janeiro de 2007 quando com o apoio de membros do Partido dos Trabalhadores, reduziu o hiato existente entre população e poder público devido a constante presença das ações do Partido na periferia da cidade.



Principal percurso para quem cruza a praça.
Este caminho liga os principais pontos de ônibus, a escola e
as ruas comerciais do bairro às áreas de maior densidade
habitacional.

3

praça de esportes “primavera” da vila costa e silva

3.1

cidade

Durante a década de 60, a política habitacional em Campinas, resumia-se em construção de conjuntos habitacionais em áreas afastadas da cidade, que sofreram desapropriações transformando antigas áreas rurais em urbanas beneficiando assim proprietários e gerando forte especulação imobiliária nas áreas mais próximas à cidade e que não foram à principio urbanizadas.

O loteamento Vila Costa e Silva foi construído pela COHAB no final da década de 60 a partir de um processo de desapropriação de parte da Fazenda Santa Genebra. A companhia obteve financiamento do BNH para a construção de 1531 unidades iniciais que abrigariam aproximadamente 5000 moradores.

Este loteamento, o quarto realizado pela COHAB em Campinas e o segundo em tamanho e número de unidades construídas, desde a década de 60 é reconhecido pelos moradores de bairros vizinhos como um dos principais pontos de tráfico de drogas da cidade. Esta “imagem” ainda é perceptível nos comentários populares tanto dos moradores da Vila como nos loteamentos ao redor.

Após o início das obras de implantação de infra-estrutura urbana e da terraplanagem dos lotes propriamente ditos, a construtora licitada para sua construção abandonou as obras após três meses sem os devidos pagamentos dos 1000 funcionários aproximadamente que ali trabalhavam.

Este abandono, que causaria outro processo licitatório para a contratação de outra empreiteira inviabilizando o empreendimento devido ao aumento do preço final das unidades que não passariam a atender mais o perfil populacional lá exigido, fez com que a COHAB em 1969, através de uma exceção à regra de financiamento do BNH, pudesse gerenciar a obra das unidades habitacionais, sem a contratação e licitação de outra construtora.

Não caberia à COHAB, como em todos os loteamentos por ela realizados, a responsabilidade da construção dos equipamentos públicos e institucionais. Tal processo, como ocorrido no DIC e no Vila Esperança e que também tiveram parte de suas habitações construídas pela companhia, levou ao bairro a carência de espaços públicos minimamente qualificados por obras de terraplanagem, construção de infra estrutura urbana e instalação de equipamentos.

Na Vila Costa e Silva, a parcela destinada à área verde, determinada pelo projeto da COHAB da década de 60, hoje é ocupada pela "praça" (conhecida simplesmente como praça) onde existem mesas de carteado e pequenos quiosques de lanchonetes.

A praça está localizada na região central do bairro ao lado da Escola Municipal de Ensino Infantil Arthur Bernardes e rodeada nas outras três faces pelas casas do conjunto. Palco das confraternizações e eventos comunitários do bairro, nunca teve instalações esportivas e o mobiliário urbano lá presente foi construído aos poucos ora pelos próprios moradores ora por pequenas obras de diferentes gestões da Prefeitura Municipal.

Esta praça, assim como todos os equipamentos institucionais do bairro, foi conquistada através da constante mobilização e participação dos moradores do bairro. Segundo Teresinha e Vanderci, moradoras da Vila desde sua inauguração na década de 60, todos os equipamentos presentes no bairro, a escola, o posto de saúde a creche e as obras de pavimentação foram adquiridas após intensa luta e mobilização dos moradores e da associação que, ainda extremamente atuante, perdurou por diversas gestões que reduziam a participação e reivindicações populares a problemas técnicos administrativos, como observado no capítulo 1.²

Lembrando que na Vila Costa e Silva, foi previsto além das unidades padrão concebidas pela COHAB, a construção de 32 casas provisórias durante a gestão do prefeito Orestes Quércia, dando procedimento à instalação do programa PROFILURB na cidade, em meados dos anos 70.

Os primeiros moradores da Vila, portanto, foram vítimas da política habitacional do período pós 64, que devido às progressivas modificações feitas pela Constituição Militar de 1967 na Lei de Inquilinato que minimizou a construção de moradias pelo setor privado para fins de aluguel e do recém criado Banco Nacional de Habitação, BNH, que através de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, possibilitou a criação de um sistema de financiamento de casa própria, inaugurou um novo modelo de política habitacional que substituía os antigos aluguéis pela aquisição da casa própria.³

Muitos destes mutuários do novo sistema de financiamento da casa própria do BNH que se mudaram para a Vila Costa e Silva deixavam suas casas por não conseguirem pagar as elevadas prestações acabando por retornar para outras favelas em constante crescimento. ⁴

² As Administrações Regionais, criadas pelo prefeito Lauro Péricles, minimizava as reivindicações, privando e controlando os favelados de pronunciarem-se sobre as péssimas condições em que viviam, exercendo, portanto um forte controle social sobre os favelados e moradores que habitavam os conjuntos da COHAB.

³ Entrevista realizada com Ari Fernandes, PUC Campinas, Entrevistador: Fabio B. Netto de Araújo. Data: 27/ Setembro/ 2006

⁴ Lopes, 1997

Para o poder público, não se tornar mutuário do sistema de financiamento de casa própria do BNH era segundo, Doraci, sinônimo de resistência ao desenvolvimento previsto para o país. No entanto, tal política, excludente, que destinava a uma crescente parcela de cidade, precárias condições de moradia e vida urbana, era progressivamente rejeitada pela população que se organizava, ao final dos anos 70 e início de 80, contra este quadro de precariedade.

As casas provisórias do PROFILURB foram testadas na Vila Miguel Vicente Cury e na Vila Costa e Silva e conseqüentemente rejeitadas pela população que apoiados pela Comunidade de Base da Igreja Católica de Campinas que se instalou no bairro desde a década de 60, aos poucos e gradativamente se organizavam contra esta excludente política de desenvolvimento e passaram a reivindicar melhores condições de qualidade e vida urbana.



Imagem de satélite., Fonte: Google Earth.

O bairro hoje está de certo modo consolidado.

Distante aproximadamente 6 km do centro, a Vila Costa e Silva tem como limite oeste a rodovia general Milton Tavares de Lima conhecida como “tapetão”, que liga o distrito de Barão Geraldo a Campinas, ao norte o jardim Santa Genebra e a rodovia Don Pedro, a leste limita-se com o shopping Parque Don Pedro e ao sul com o restante da fazenda Santa Genebra onde se cultivava plantações experimentais do Instituto Agrônomo de Campinas.

O campão, como dito anteriormente, está localizado na via de acesso ao bairro que liga o tapetão ao shopping, na rua dos Aimorés, e por este motivo é uma rua de passagem, sem, durante boa parte de sua extensão, qualquer vivacidade e diversidade urbana.

Ao longo desta rua de acesso, existem de um dos lados as casas construídas pela COHAB e, do lado oposto, pequenas indústrias e a garagem da Viação Cometa. O campão faz limite com o muro da garagem e tem como principais acessos a rua dos Aimorés e sua transversal, Avenida Pamplona, onde pequenos comércios e barracões industriais convivem com o restante das casas do conjunto e com novos condomínios particulares, edifícios de 10 ou 15 pavimentos, fechados e voltados para o interior dos lotes.

Não há ao longo das ruas e avenidas que circundam o campão, qualquer atividade que zelee pelo espaço público. Apenas os edifícios do condomínio por serem mais altos e densos, acabam por relacionar-se com a rua e calçada da praça. As casas e as indústrias isolaram-se, por completo, desta relação através de muros altos. A escola e a garagem da Cometa também com seus altos muros e voltada para o interior do lote, negam o contato com a rua Aimorés, destinando ao campão, o isolamento do convívio com a diversidade e vida urbana.

Há apenas um pequeno mercado e uma banca de jornal, visinhos ao campão, ambos, no entanto de costas para as atividades lá exercidas.

No extremo norte do terreno, os fundos dos lotes habitacionais do loteamento jardim Santa Genebra, também “negam” as atividades que ocorrem no campão e nas ruas e calçadas ao redor.

Como dito anteriormente, a praça da Vila Costa e Silva implantada na região central do loteamento é cercada de pequenos comércios, bares e mercados que interagem com as residências térreas. A pequena escala do bairro contrasta com o tamanho da praça central que, embora minimamente edificada, apresenta intenso paisagismo onde o convívio e mesclas de atividades e usuários a qualifica como uma importante referência para os moradores do bairro.



Imagem de satélite. Fonte: Google Earth. Entorno imediato à praça (1- Vila Costa e Silva 2- jd. Santa Genebra)

O campão, no entanto, distante cerca de 500 m da praça central, está localizado em um corredor de acesso, como dito anteriormente, rápido e sem nenhum “evento” urbano importante. É para este terreno de aproximadamente 22.500 m², onde os moradores da Vila Costa e Silva, jardim Santa Genebra, Parque São Quirino e Parque Taquaral (este último um loteamento de classe média), que compõem a Região Administrativa 3, que, nas assembleias do OP na região, foi reivindicada a construção da praça de Esportes “Primavera” da Vila Costa e Silva para atender a carência destes bairros de espaços livres públicos para a prática de esportes e para que, com esta obra que qualificaria o antigo campão, dotando-o de melhores instalações e que diversificassem o seu uso, pudessem afastar a presença violenta do tráfico de drogas que desde de a fundação do loteamento na década de 60 afasta os moradores das atividades lá exercidas.



Campão antes da obra.



Vieira entre a praça e o muro da garagem da viação cometa.

3.2

participação

A comunidade de Base da Igreja Católica durante os 35 anos de presença na Vila Costa e Silva ajudou os moradores a intensificar a mobilização e a participação política, o que foi fundamental para que, no bairro, se implantasse infra-estrutura de água e esgoto, pavimentação das ruas e calçadas e equipamentos urbanos básicos como escola e posto de saúde.

A escola de primeiro grau foi segundo Teresinha, antiga moradora da Vila Costa e Silva a primeira conquista da população.

“Quando mudamos para cá, não existia nada! Nem creche, nem escola, nem posto de saúde(...). Conseguimos tudo isso com a ajuda da base (comunidade) e do apoio da associação que em muitos casos trabalhavam juntos” Teresinha

Devido à acintosa invasão do campão pelo tráfico, que desde a inauguração do loteamento foi usado para esta prática, aos poucos os moradores e algumas poucas atividades esportivas mantidas pela Maria do Carmo, membro da associação dos moradores, foram sendo expulsas, do local, tendo de se instalar em outros locais do bairro.

Maria do Carmo mantinha no campão uma oficina de reciclagem de lixo e pequenos grupos de atividades infantis que teve durante algum tempo apoio e parceria com a UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) que prestava assessorias e auxiliava com as atividades de inclusão social realizadas pela comunidade.⁵

⁵ Segundo entrevista cedida por Teresinha, pois Maria do Carmo mudou-se para Porto Alegre e não pode ser contactada. Entrevistador: Fabio B. Netto de Araújo. Data: 1/Agosto/2006.

Os moradores vizinhos do campão, incomodados com a presença violenta do tráfego, procuraram o posto de saúde local e com a ajuda do administrador da regional de saúde, da associação de moradores e da Comunidade de Base da Igreja Católica, iniciaram uma série de atividades e eventos com a intenção de ocupá-lo, prevendo futuras instalações esportivas que poderiam, segundo Teresinha, afastar o tráfego, melhorando assim, a segurança e levando ao convívio público os moradores.

Foram então construídas duas pequenas obras que abrigariam um vestiário para o campo de futebol e o CONSEG, uma base de segurança localizada dentro do campão.

Desde de 1996, o projeto “Leões da Vila”, dirigido por Donizete, morador do bairro, e mantido voluntariamente pelos moradores locais, realiza atividades esportivas e aulas de futebol no campão para crianças da região. Segundo Donizete, as crianças que participavam das atividades do projeto deveriam estar matriculadas em escolas comprovando devidamente a presença em sala de aula.

O projeto funcionou no campão até 2000, quando novamente o tráfego invadiu violentamente a área. Sofrendo constantes ameaças Donizete, os pais dos alunos do projeto e as próprias crianças, tiveram de abandonar o local. Fato que não inviabilizou o projeto, que foi transferido para outra área construída pelos próprios moradores e localizada dentro da área de preservação do rio das Pedras e que ainda mantém atividades esportivas e educativas com as crianças da região.



Atual espaço utilizado pelo projeto “Leões da Vila”



Estas tentativas, mantidas pela população local, não foram suficientes para que o problema da ocupação violenta do tráfico no campão fosse efetivamente resolvido. Após anos de intensa mobilização viu-se através das reuniões do Orçamento Participativo da região em meados de 2002, a possibilidade concreta de se construir no local instalações definitivas que pudessem qualificar o campão levando definitivamente o convívio público saudável entre os moradores da região.

Deliberada nas reuniões do OP na temática “Cultura Esportes e Lazer” da região 3, a praça da Vila Costa e Silva, pôde finalmente ser concebida.

Segundo Teresinha e Vanderci, folhetos e anúncios veiculados na Igreja e pela própria associação, convidavam a população para participar das discussões referentes ao programa a ser construído na nova praça.

Com o orçamento de R\$ 296.437,04 previsto para sua construção, inicia-se a fase onde os equipe do escritório técnico USINA, liderados pelo arquiteto Mario Braga, pôde, em conjunto com os líderes comunitários e em reuniões abertas para a comunidade, definir o programa a ser efetivamente projetado e ali construído.

Assim como no DIC, a Vila Costa e Silva teve uma intensa construção sócio-política de seu território, fruto de grande mobilização social. Esta mobilização e luta para exigir o que é de direito, ou seja, bens necessários para a constituição de cidade, são, para a população que mora nestes bairros periféricos, onde a qualidade e quantidade de equipamentos públicos urbanos é precária, a única alternativa para que se adquira a mínima qualidade de vida urbana, posto que a regra de construção destes loteamentos nos mostra a ineficiência de políticas habitacionais que desenham cidades precárias legitimadas próprio aparelho Estatal.

3.3

projeto

O programa, decidido coletivamente pela associação e moradores do bairro, incluiu novos usos além do campo de futebol gramado.

Dissidências ocorreram quando os antigos usuários, mesmo apavorados pela acintosa presença do tráfego na praça, não queriam que o campão fosse utilizado pelos moradores de bairros vizinhos. A praça, após sua inauguração, teria abrangência maior do que os dois antigos campos de futebol. Esta nova definição do espaço e de seu uso, não foi consenso entre os antigos moradores, no entanto, foram nas reuniões do OP na região, voto vencido, e novos programas que abrigariam e levariam à praça diferentes usuários e atividades foram construídos coletivamente.

“Mantemos isso aqui desde o início! Agora querem tomar da gente! Não querem cobrar imposto agora que a prefeitura vai tomar a praça”. Protestos populares durante as reuniões para elaboração do projeto da praça, segundo Teresinha.

Foram realizadas, segundo Teresinha, reuniões com jovens, mulheres e idosos, que definiram a importância da construção de salão comunitário, pista de skate e quadras poliesportivas atendendo assim reivindicações que iam além da simples manutenção dos campos de futebol ampliando assim a importância da praça e do conjunto edificado para a região como um todo.

Entretanto, a construção de todo o programa demandado pela população não pôde, enfim, ser implantado devido ao baixo orçamento previsto para sua construção.

O arquiteto Mario Braga, conta em entrevista, que a prática em projetos participativos deve estabelecer e criar debates a cerca dos anseios e o que efetivamente se pode construir. Aos arquitetos, portanto cabe a função de serem parceiros e de ponderar e adequar programa e orçamento às realidades locais, para que o maior número de desejos possam se concretizar.

O projeto da praça primavera foi, neste aspecto, extremamente desenvolvido. Devido a esta relação constante entre arquitetos, assistentes sociais e população, decidiu-se que a substituição das alvenarias rebocadas, desejo inicial dos futuros usuários da praça, por alvenarias portantes de bloco cerâmicos aparentes, economizaria cerca de 15% do valor desta etapa da obra, podendo assim adicionar no projeto programas exigidos pelos moradores como a pista de skate e brinquedos para criança que não seriam edificados caso não houvesse tal economia de recursos.

O arquiteto Mario Braga conta que realizou reuniões com os moradores e membros da associação para mostrar a proposta de deixar os blocos aparentes. A idéia no início foi negada, mas com a apresentação de custos e benefícios que tal metodologia construtiva poderia trazer ao empreendimento, aos poucos os moradores aceitaram, pois com a economia criada, novos equipamentos poderiam ser construídos.



Construção do salão comunitário



Vista para o CONSEG

Uma quadra poli - esportiva e um campo de areia foram projetados atendendo a anseios dos jovens que solicitaram também a construção da pista de *skate*.

A apresentação do projeto foi feita através de uma maquete colocada na sede da associação que pôde então ser vista por quem por lá passasse ou quisesse participar das discussões sobre a futura construção.

Através de votação entre os moradores, o nome da praça pôde efetivamente ser escolhido. Foi então batizada como praça "Primavera" derrotando outros nomes dentre os quais a do prefeito Toninho, morto em 2001.

O projeto da praça, atendendo a solicitações dos moradores, previa seu fechamento com um alambrado de segurança que cercaria toda sua extensão. Um grande portão localizado na avenida Pamplona foi então construído e outros dois, menores, na rua dos Aimorés, servem de acesso ao vestiário e ao salão comunitário.

O processo de um projeto participativo, no entanto, é mais saudável, quando o arquiteto torna-se parceiro da organização e dos moradores locais, "desenhando" junto com os usuários, construindo idéias compatíveis ao orçamento, mostrando alternativas e novas possibilidades e acima de tudo capacitando a população a ajudar na escolha dos melhores materiais, nos melhores lugares para aplicá-los e na melhor implantação e relação dos edifícios com suas reais necessidades e condições locais.

A participação neste caso é um pacto entre os diferentes agentes produtores. Uma troca de saberes, capaz de construir uma proposta sólida e coerente.

O "traço" do arquiteto não deve se sobressair pura e simplesmente em relação aos desejos dos moradores e usuários. A técnica correta, deve qualificar as intervenções e garantir a maior e melhor execução dos programas coletivamente estabelecidos. Tendo, portanto, o correto desenho e

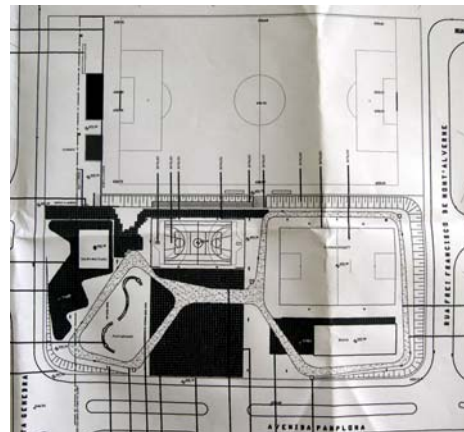
a melhor técnica, o debate acerca do programa e sua execução podem gerar novos acertos de projeto e orçamento qualificando e modificando os primeiros anseios.

Este desenho deve ser a “imagem fiel de seu sistema de decisões: uma decisão centralizada produz uma imagem autoritária e homogênea, todo detalhe obedece à disciplina do todo. Uma decisão que diversifica suas atividades em subsidiários oferecerá uma imagem complexa, refletindo heterogeneidade, evolucionismo e cooperação de escalas sucessivas de planejamento. O arquiteto por si só não é capaz de abandonar sua concepção de cultura pré-formada, criada por imagens mentais autoritárias e carregadas: ele deve internalizar a desordem das pessoas que fazem uso de suas criações. Isto só será atingido através da participação calorosa da comunidade.”⁶

Este manifesto do arquiteto belga Lucien Kroll ,qualifica a participação e o relacionamento entre o pensamento técnico e a cultura local como capazes de gerar uma cultura democrática de respeito à capacidade de julgar dos clientes, à sua história e ao inesperado, fazendo-os participar do processo de concepção inserindo-os na esfera pública e dotando-os, em alguns casos, pela primeira vez de um poder capaz de multiplicar-se para além dos debates “locais” transformando-os assim em sujeitos ativos e políticos.



Vista do salão comunitário



Prancha de apresentação do projeto.
Fonte: Arquiteto Mario Braga

3.4

apropriação

A proposta feita pela Secretária de Cultura Esportes e Lazer, no início do *Governo Democrático Popular* em 2001, era de realizar constantemente, eventos e ações coletivas nas praças que seriam por ela concebidas.

A administração das praças assim como a contratação de professores e gestão de atividades deveriam ser realizadas pela Secretária. No entanto, após a mudança de gestão em 2005 quando o OP foi, na prática, desmontado, tais atividades não ocorreram com a frequência que eram anteriormente previstas.

Existem hoje na praça poucos eventos. Os professores de futebol e basquete do programa “segundo tempo” da prefeitura foram enfim contratados, mas não há alunos.

Todas as terças e quintas-feiras, um pequeno grupo de terceira idade faz aulas de ginástica acompanhados por professores da prefeitura.

Apenas o campo de futebol é ocupado pelos moradores locais, que praticam as atividades sob hora marcada, pré-determinada, não havendo com isso o encontro inesperado, a breve parada para encontrar pessoas ou descansar que qualificam e levam o espaço público diversidade e constante atividade.

Ainda há muita desconfiança dos moradores locais com as constantes retomadas do tráfico na praça. Os pais não gostam ou pelo menos não confiam em deixar os filhos brincar na praça

⁶ Manifesto apresentado em Pádua, Itália, em 2002, no simpósio Requalificação Urbana Sustentável.

Primavera. Preferem manda-los brincar no campo do rio das pedras a poucos metros dali ou na praça central.

O fato dos portões da praça fecharem às 17.00 horas e o espaço se tornar passível de invasão e comercialização de drogas afasta cada vez mais os usuários que mesmo após a construção ainda se sentem ameaçados.



Chamada para o programa Segundo Tempo da Prefeitura Municipal de Campinas.



Aulas de ginástica com o grupo "terceira idade"

Outra característica marcante deste projeto está justamente na implantação de seus equipamentos. Todos os programas lá construídos voltam-se para dentro da própria praça, não havendo com isso, relação entre seus usuários, a rua e calçadas. A quadra poli-esportiva, o campo de futebol e os acessos ao salão comunitário e vestiários, de certo modo, se relacionam muito mais com o interior da praça do que com a rua ao redor.

Esta característica, aliada ao fato de ser inteiramente cercada por alambrados, trazem à praça uma falsa sensação de segurança, pois ao isolar o usuário da relação com a cidade ao redor, automaticamente a cidade ao redor não mais o protege de eventuais atos de violência.

É impossível cruzar a praça, passar sem intenção de usar os equipamentos como ocorre no DIC VI. Isso conseqüentemente diminui a presença de pessoas no seu interior, pessoas que mesmo sem fazer uso da quadra ou do salão comunitário, podem levar movimento e vivacidade ao espaço.

A praça da Vila Costa e Silva, embora com excelente qualidade construtiva e ainda bem conservada não apresenta reais e efetivas formas de apropriação por parte dos moradores que lutaram pela sua existência.



Vista da rua Aimorés.



Edifícios voltados para o interior da praça

Diferentemente da praça de esportes do DIC VI, que se encontra totalmente aberta e possibilita o cruzamento dos pedestres e o fácil acesso dos cidadãos que utilizam de outros equipamentos públicos ou simplesmente acessam suas casas, a praça da Vila Costa e Silva está hoje “sub utilizada” e novamente ocupada pelo tráfego.



DIC VI – Acessibilidade permitida



Vila Costa e Silva: impossibilidade de cruzar a praça

4

praça de esportes do parque jambeiro

4.1

cidade

O loteamento popular privado Parque Jambeiro foi aberto na década de 70 durante a chamada expansão da segunda periferia da Campinas¹.

A partir do processo de desmembramento da antiga fazenda Iglantina, bairros como o Pq Jambeiro, Jardim Nova Europa, Parque da Figueira, Vila Marieta, Jardim Martinho e Parque Prado, que constituem a Região Administrativa 8, foram parcelados pela então proprietária da antiga fazenda., conhecida, na região como Dona Mônica.



Mapa das administrações regionais da cidade de Campinas.
Fonte: SEPLAMA

A última gleba a ser loteada e precariamente urbanizada foi o Parque Jambreiro, que teve sua implantação finalizada em 1979, quando iniciaram a venda dos primeiros lotes, mesmo sem a presença de equipamentos urbanos e infra-estrutura para que os moradores tivessem a mínima qualidade de vida e condições de habitabilidade.

Os primeiros lotes foram vendidos até 1980, quando, em função de ausência de contrapartida para a prefeitura, durante a gestão do prefeito Jacob Bittar, o loteamento foi embargado, fato que paralisou temporariamente a venda dos lotes restantes.

Dois anos mais tarde, em 1982, os lotes voltaram a ser vendidos.

A procura pelos lotes, no entanto, foi muito pequena, por não haver pavimentação e instalações de água e esgoto. Até 1990, dez anos após o início das vendas, apenas 15 pessoas moravam no bairro, conta Miguel, presidente da associação dos moradores desde de sua fundação.²

“Meu pai foi um dos primeiros a se mudar. Quando veio, no final de 79, não existia nada. Nem pavimentação, nem água e poucas ruas eram iluminadas” Miguel Arcanjo

Entre 1990 e 1994, houve segundo Miguel, um pequeno crescimento populacional mas somente após as primeiras obras de pavimentação e instalação de redes de água e esgoto realizadas em 1997, a intensidade das vendas aumentou.

Os loteamentos realizados a partir do processo de parcelamento da antiga fazenda Iglantina, concluídos em 1979, demonstram como se dá o processo de especulação imobiliária gerada pela urbanização de áreas rurais, próximas à cidade, para a consequente valorização e transformação rápida do solo rural para urbano.

¹ Ver capítulo 1 – sobre a formação da segunda periferia de Campinas.

² Entrevista realizada com Miguel Arcanjo, presidente da associação de moradores e ex-conselheiro do OP na região.

Enormes áreas vazias, entre os loteamentos, de certo modo, isolaram estes bairros entre si e do restante da cidade. O parque Jambeiro está a menos de 5 km em linha reta do centro de Campinas, no entanto, os vazios e a difícil conexão viária afastam o bairro do convívio urbano, fato que, de certa forma, ajuda a explicar a autonomia de comércio e serviços que ele apresenta em relação ao centro da cidade.

Esta distância do centro da cidade e a conseqüente ausência de infra-estrutura urbana e de equipamentos públicos geraram nos primeiros moradores do bairro um forte sentimento de pertencerem a uma comunidade, onde a ajuda mútua e relações de troca baseada no critério do Dom e contra Dom, permitindo assim, "alimentar uma verdadeira economia da solidariedade familiar expandida".³

Esta economia é extremamente importante no contexto das periferias das cidades constituídas sob a lógica de políticas habitacionais excludentes que desenham enorme parcelas de cidade sem condições de habitabilidade.

A participação de maior número de moradores do bairro, cuja relação de trabalho geralmente é informal, surge como elemento importante para a criação e manutenção de filhos e a suprir a carência de equipamentos institucionais como creches, escolas infantis ou de serviços como cabeleireiro, pedreiros, mecânicos, entre outros.

Este Dom, explica Abramo, é retribuído com outros favores de outros moradores.

No caso do Parque Jambeiro, onde os primeiros lotes foram edificados pelos próprios moradores, esta troca de favores ocorreu devido a carência de serviços de equipamentos institucionais do bairro. Durante 15 anos aproximadamente, o bairro tinha apenas 15 moradores que vivam sem infra-estrutura, creches, escolas e comércio local.

Entrevistador: Fabio Netto de Araújo Data: 14/Setembro/2006

³ Abramo, 2003

A ajuda mútua neste caso, além de aparentemente explicar a autonomia encontrada no bairro, hoje, cerca de 25 anos após o lançamento do loteamento, transformou a comunidade qualificando a associação de moradores como uma importante referência no bairro, extremamente ativa e solidária.

Esta associação, fundada em 1995, é presidida desde sua formação por Miguel, extremamente atuante no cenário político da cidade, organizou e incentivou moradores a participar de reivindicações contra o cenário precário que o bairro apresentava desde sua inauguração.

O Parque Jambeiro, que atualmente conta com 2200 lotes construídos onde moram cerca de 9000 pessoas, limita-se ao norte com o loteamento Parque Prado e Jardim Martinho, onde condomínios fechados horizontais e verticais de classe média foram construídos, a leste com a Fazenda Remonta, de propriedade do Exército, ao sul com o município de Valinhos, mais especificamente com o condomínio fechado, Itamaracá e a leste, com a rodovia Anhangüera.

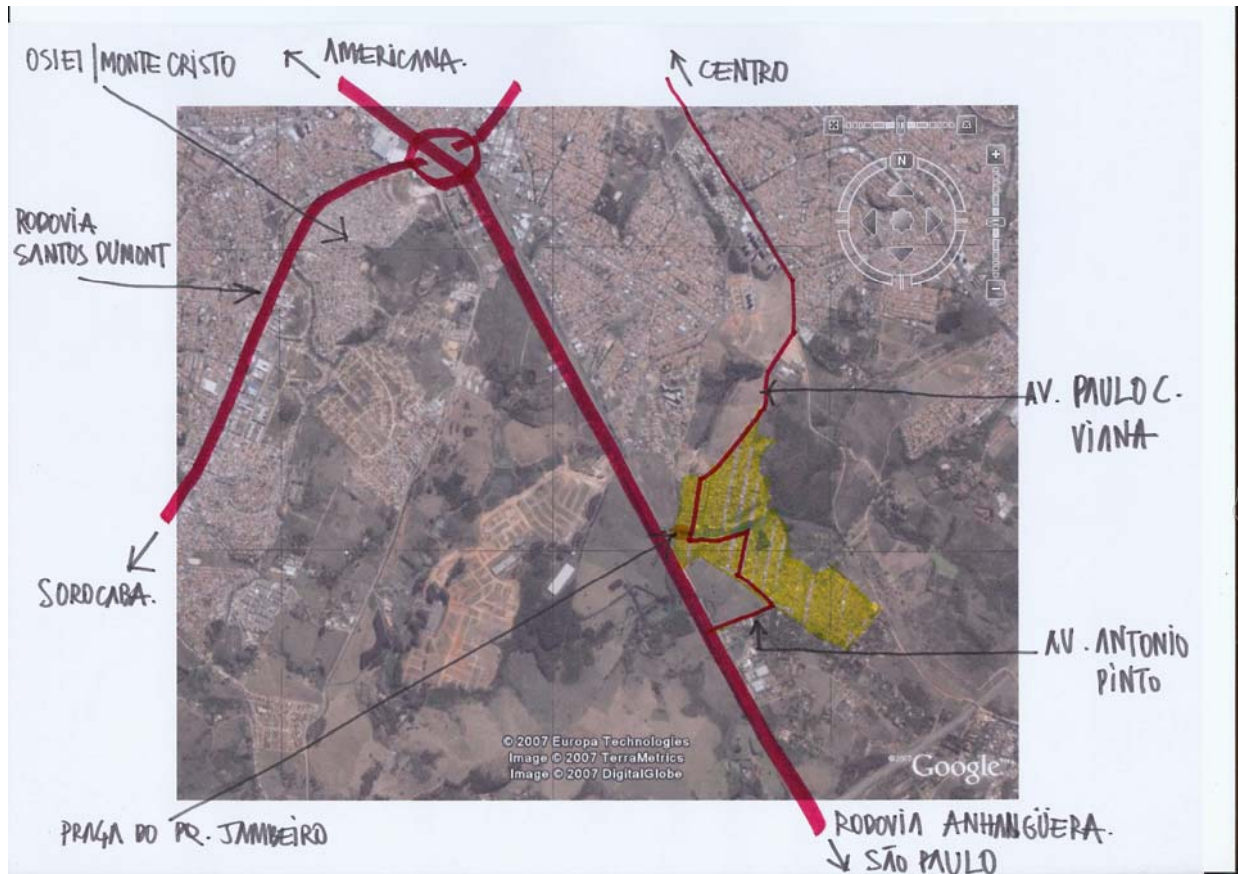


Imagem de satélite. Fonte Google Earth

O bairro tem apenas dois acessos. O mais utilizado pelos moradores faz-se pela rodovia Anhanguera (sentido São Paulo- Campinas) e conseqüentemente pela Avenida Antonio Pinto de Souza, que margeada pelos dois lados por vazios urbanos, chácaras e pequenas indústrias, em toda sua extensão, não apresenta qualquer atividade que garanta vivacidade urbana ao trecho de aproximadamente 500m que conecta o bairro com a rodovia, apenas terrenos ainda não edificados, muitos deles repletos de mato e outros com muros altos e gradis, que negam o contato com esta avenida de acesso ao bairro.

Esta via por sua vez termina em uma outra rua central, Octacílio Barbosa de Oliveira, que conecta praticamente toda porção sul do loteamento com a principal avenida do bairro, Paulo Correa Viana, que por sua vez conecta, ainda que precariamente, o Parque Jambreiro com o restante da cidade pelo extremo norte do loteamento.

Esta parte sul do Pq Jambreiro onde a maior parte dos pequenos comércios, mercados, bares e padarias estão localizados, apresenta maior diversidade urbana, e a maior densidade populacional.

Por apresentar uma topografia acidentada, as ruas são tortuosas, geralmente acompanhando as curvas de nível o que acaba gerando vias de circulação de veículos mais curtas e curvas, onde o controle de velocidade é maior. As calçadas, por sua vez, estão ora construídas e bem conservadas, ora muito precárias. Cada proprietário a qualifica como bem entende, por este motivo, e prejudicada pela topografia, pequenos degraus e diferentes pavimentações dotam às calçadas dificuldade de circulação. Os pedestres utilizam muito mais as bordas das ruas do que as calçadas para circularem.

Esta porção sul do loteamento apresenta um acentuado declive em direção à região central do bairro, onde o córrego São Vicente e as lagoas formadas para a decantação de esgoto estão

situados. O córrego São Vicente, secciona o bairro nas duas porções, Sul e Norte, e organiza o desenho urbano, que em seu percurso, distribuiu os equipamentos institucionais e a praça.

Este terreno destinado para o uso público e preservação do córrego São Vicente, com aproximadamente 24.000 m², situado na região central do bairro, tem em seu entorno, a Escola de primeiro e segundo grau Francisco Sconnaiesh, as residências unifamiliares, quase todas assobradas, pequenos bares e pontos de ônibus que acessam o bairro pela face Norte, através da avenida Paulo Correa Viana.

A poucos metros ao norte da praça do Jambeiro, o Parque das Águas concebido através da parceria entre a Prefeitura e o loteador da gleba, está sendo construído para abrigar um grande centro de educação e preservação ambiental. O bosque, como era conhecido anteriormente a estas obras, previsto no loteamento da gleba onde hoje se encontra o Parque Prado, loteamento planejado pelo arquiteto Fabio Penteado, como área de preservação e institucional, durante 30 anos ficou abandonado.



Imagem de satélite. Fonte Google Earth Entorno imediato à praça.

Margeado pela avenida Paulo C. Viana, cuja pista dupla ainda não foi concluída como previsto no projeto de loteamento, o parque que teve sua construção iniciada no primeiro ano da atual gestão do prefeito Helio, foi concebido com o objetivo de inserir Campinas no Roteiro Turístico Brasileiro dos Parques do Conhecimento.

Apresentado pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB), o projeto de quatro parques temáticos foram desenvolvidos dentro da definição de uma política de qualificação dos espaços públicos e áreas verdes de Campinas, pautada no tripé educação, lazer e cultura, que incentivariam investimentos no meio ambiente.

Veremos a seguir o impacto que este projeto teve nas ações da associação de moradores do bairro.

4.2

participação

Com uma associação de moradores extremamente ativa, os 7500 moradores do parque Jambeiro, durante aproximadamente 15 anos de reivindicações, conquistaram obras de pavimentação, a implantação da Escola Municipal de Ensino Infantil e Médio Francisco Sconnaiesh, cursos de alfabetização de adultos, construção do segundo acesso ao bairro, linhas de ônibus, pavimentação e o desassoreamento da lagoa do córrego São Vicente.

Miguel nos conta que todas as benfeitorias que hoje existem no bairro foram fruto de intensa luta e mobilização dos moradores assessorados e organizados pela associação.

Como dito acima, as primeiras obras de pavimentação, cerca de 10% do bairro, foram entregues em 1997, quase vinte anos após a inauguração, e o restante só pode ser concluído na gestão passada, em 2002.

O bosque, que hoje abriga o parque das águas, e as principais ruas e avenidas do bairro, foram mantidos pelos constantes mutirões de limpeza que a associação de moradores promovia pois não havia coleta de lixo e trabalhos de manutenção das áreas verdes públicas e calçadas.

O local previsto pelo projeto do loteamento destinado para a construção da praça, foi ocupado pelos moradores em meados de 1995, quando, após o pequeno crescimento populacional ocorrido entre 1990 e 1994, os moradores puderam se organizar e fundar a associação de moradores, que através de um mutirão, construíram uma pequena sede de 150 m² para eventos comunitários e um campo de futebol para práticas esportivas.

Durante praticamente 10 anos, este local com aproximadamente 22.000 metros quadrados, implantado na região central do bairro e com um entorno e visibilidade urbana que, embora precário, devido à ausência de obras e equipamentos, apresentava grande potencial de tornar-se um importante ponto de referência para os moradores do bairro, foi utilizado de maneira precária devido à baixa qualidade construtiva da sede e do campo, mas com intensa vivacidade e diversidade de usos.



Mutirão de construção do salão comunitário
Fonte: acervo Miguel Arcanjo, 1995



Salão Comunitário.
Fonte: acervo Miguel Arcanjo, 1995

Festas populares, eventos da associação, crianças que brincavam ao sair da escola, moradores que organizavam jogos e campeonatos de futebol, conviviam harmoniosamente na praça por eles construída.

Com a entrada do Partido dos Trabalhadores na gestão municipal em 2001, e com a aplicação do OP na região, iniciam na associação reuniões para elencar prioridades de investimentos para o bairro.

Nas assembléias locais foram deliberadas como prioridade, além de obras de infra-estrutura básica como abastecimento de água e esgoto e construção de unidades habitacionais do Jardim Nova Europa, a canalização do córrego Piçarrão e a construção da Escola Municipal de Ensino

Fundamental do Jd. Nova Europa e, por fim, a construção da praça de esportes do Parque Jambeiro.

Miguel foi eleito como um dos quatro conselheiro da regional 8, nos fóruns do OP em Campinas e lutou para que a população do bairro comparecesse em peso nas votações de prioridades para que o bairro fosse, enfim, beneficiado com a construção da praça de esportes.

Logo após a confirmação da construção da praça os moradores reunidos na associação decidiram coletivamente quais seriam os programas que deveriam ser projetados e construídos.

O processo licitatório para contratação do projeto de arquitetura ocorreu no início de 2002.

Soubemos que havíamos ganho a licitação em julho do mesmo ano, quando imediatamente iniciamos reuniões com a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e a associação dos moradores, sempre com o intermédio do Miguel, presidente da associação do Pq Jambeiro para conhecer, debater e adequar as reais necessidades e anseios da população com o orçamento previsto e a construção da praça.

Foi então decidido realizar a reforma do salão comunitário, a construção de uma quadra de bocha, vestiário de apoio para o campo, reforço e ampliação da arquibancada, uma quadra poli esportiva, pista de skate além do tratamento paisagístico do córrego São Vicente, que percorre toda a área da praça.

Realizamos, no entanto algumas reuniões com o conselheiro e presidente da associação de moradores, Miguel, na Secretaria de Cultura Esportes e Turismo de Campinas, para debatermos sobre o orçamento e as futuras instalações.

Estavam presentes nesta reunião, o secretario de Cultura e alguns assessores da secretaria, Miguel, outros dois moradores do bairro e a equipe do escritório.

Os moradores, nesta reunião, falaram de seus anseios em relação à construção do programa da praça e através de desenhos elaborados por eles próprios, espacializaram, de maneira simples, como esperavam que a praça fosse construída.

4.3

projeto

Tendo em vista os anseios dos moradores apresentados na reunião realizada na secretaria de Cultura, Esportes e Lazer, e sabendo do real orçamento para a construção deste programa, elaboramos os primeiros estudos para a área.

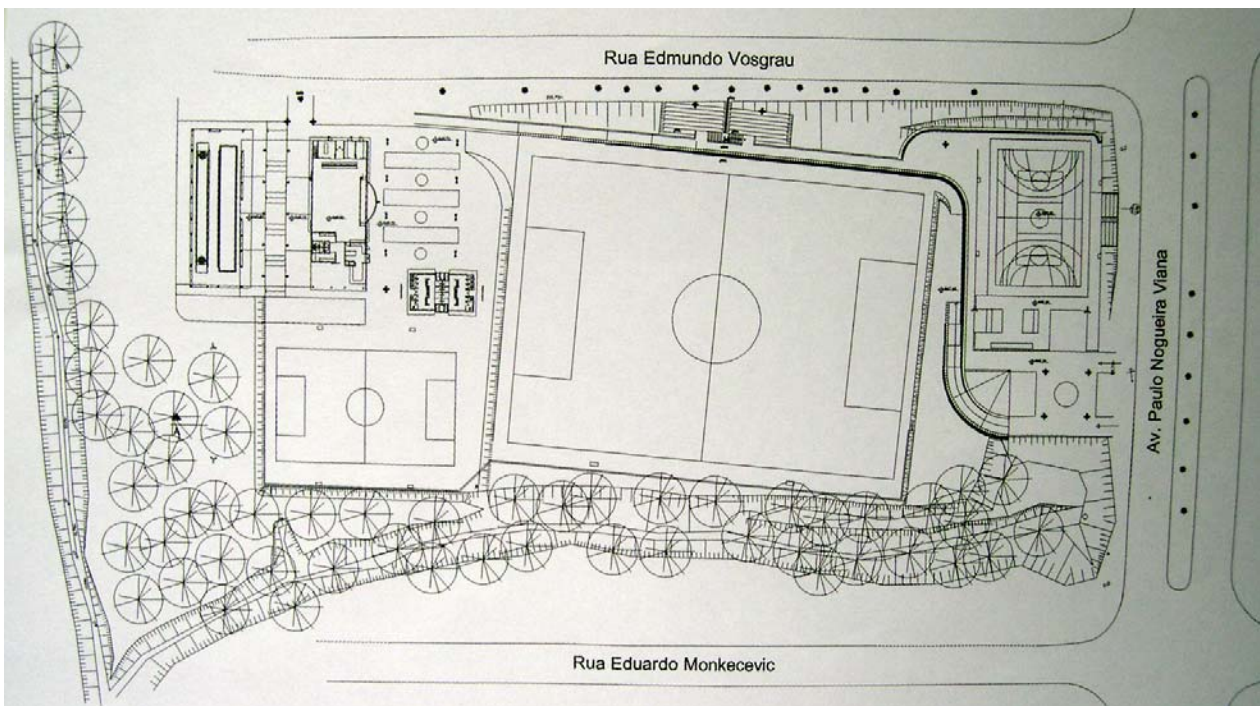
O salão comunitário seria então parcialmente destruído para que, através da reforma das alvenarias, com sérias patologias construtivas como rachaduras e infiltrações e a construção de novas e maiores aberturas que integrassem os outros programas ao salão existente, o custo desta etapa da obra pudesse ser minimizado, evitando novas construções de fundações, aproveitando as existentes.

Um palco para apresentações teatrais, uma varanda com churrasqueira e um balcão para apoio foram desenhados qualificando o antigo salão atendendo aos anseios dos futuros usuários.

Foi aproveitado praticamente toda a estrutura metálica da antiga cobertura. As antigas telhas *eternit* foram, no projeto, substituídas por metálicas coloridas tipo "sanduíche", garantindo assim melhor conforto térmico e acústico sem, no entanto sobrecarregar as fundações existentes.

Outra exigência do projeto, era a reforma e ampliação da arquibancada. Construída pela própria comunidade, estava com a estrutura condenada e já não mais abrigaria o novo público previsto para a praça.

Projetamos então um extenso muro de arrimo que dividia praticamente a praça em dois distintos níveis, corrigindo assim a diferença de cota de cerca de 5 metros presente no terreno. Aproveitando a estrutura deste muro, apoiamos a arquibancada e implantamos a quadra poliesportiva e a pista de skate, desejo dos jovens que também participaram das reuniões para construção do programa.



Prancha de apresentação da proposta. Arquivos Áurea arquitetos associados, 2002

Pensada para ser construída ao lado do salão comunitário, a quadra de bocha foi projetada utilizando tijolos aparentes que através de sucessivos arcos de tijolos, criar-se-ia uma nova fachada da praça voltada para a via Anhanguera.

O projeto paisagístico ao longo do córrego São Vicente foi feito de maneira a ter uma seqüência de árvores frutíferas com crescimentos diferenciados a fim de que na maior parte do ano algum exemplar estivesse florido ou com frutos.

Durante o processo de elaboração técnica, varias visitas ao local, estabelecendo constante diálogo com os moradores e os técnicos da secretaria, foram realizadas.

Os desenhos muitas vezes ficavam expostos nas paredes do salão comunitário para que reuniões e futuras alterações pudessem ser feitas pela população.

Acompanhado dos moradores e do arquiteto Toka da Secretaria de Cultura pudemos percorrer toda a extensão da praça e a cada local, onde seria implantado um novo equipamento, mostrávamos os desenhos e explicávamos o projeto.

Durante este evento que contou com aproximadamente 20 moradores pudemos, pela primeira vez, debater sobre o fechamento da praça.

Um morador conhecido como Santana, residente na rua em frente à praça disse:

“Eu não fecharia nada. Assim posso ver se estão jogando ou consumindo drogas...”

“Imagina, temos que fechar para preservar o que é nosso! Vão destruir tudo...”.⁴

Decidimos, juntamente com os moradores e os técnicos da secretaria que organizavam e promoviam os encontros com a população, pelo não fechamento da praça mantendo sua característica original como foi concebida, pelos moradores, nos anos 90.

Analisando o processo de desenvolvimento projetual das praças do parque Jambreiro e Vila Costa e Silva, ambas deliberadas pelo OP, vejo a importância da elaboração de linguagens acessíveis para a compreensão do projeto pela população.

A equipe de arquitetos que projetaram a Praça de Esportes da Vila Costa e Silva, liderados pelo arquiteto Mario Braga, desenvolveu uma maquete para a área que ficou à mostra durante todo o processo de construção da praça.

Não chegamos a desenvolver este material e constatamos que a percepção pelo desenho, mesmo que ele seja extremamente didático com perspectivas humanizadas, é mais difícil. Esta não compreensão mais completa do projeto aconteceu no desenvolvimento do trabalho no parque Jambreiro. Constantes dúvidas sobre o tamanho e posição dos equipamentos eram levantadas pela

comunidade, que chegou a reivindicar modificações que seriam tecnicamente impossíveis de serem realizadas pois não foram previa e claramente informadas pela linguagem usada para comunicar e explicar o projeto.



Apresentação e debate sobre o projeto, 2002

⁴ Fala registrada no dia em que fizemos uma das apresentações do projeto para os moradores do bairro.

4.4

obra

Após a etapa de elaboração do projeto, iniciou-se o processo licitatório de contratação da empresa responsável pela construção e administração da obra.

Antes deste processo, a associação de moradores reivindicou a utilização de mão de obra local para a composição do quadro de trabalhadores da construtora a ser contratada.

Após a contratação da empreiteira ganhadora da concorrência pública, as obras iniciaram-se sem a contratação de mão de obra local, que, segundo o engenheiro responsável e o conselheiro do OP Alfredo, não seria possível, pois a construtora já tinha seu quadro de funcionários formado.

A construtora Lindenbach iniciou as obras tendo em mãos 70% do montante dos recursos a serem aplicadas na construção da praça.⁵ Após três meses de obra, a construtora abandonou a obra deixando cerca de 50% da construção inacabada.

Segundo Alfredo, este problema ocorreu em outras obras licitadas no OP em Campinas. Empresas menores, sem capital de giro colocam o preço da execução de seus serviços bem abaixo dos reais investimentos que tais obras necessitariam para ganharem a concorrência e após contrato assinado e início das obras, abandonam sem o término das mesmas⁶.

⁵ Segundo o prefeito Helio de Oliveira Santos em reunião realizada com os líderes de associação de moradores realizada em fevereiro deste ano, quando prometeu incluir a retomada e conclusão da obra da praça de esportes do parque jambeiro até o final de sua gestão em 2008.

⁶ Entrevista realizada na Prefeitura Municipal de Campinas com Alfredo, antigo conselheiro de saúde do OP, atual administrador do Orçamento Participativo, inativo nesta gestão.

As coberturas do salão comunitário e do vestiário não foram concluídas e da quadra de bocha apenas as fundações foram construídas.

Houve uma pequena paralisação da obra pelos moradores durante a etapa de construção do campo de futebol que reivindicavam o aumento de suas dimensões. Tais modificações não seriam possíveis de serem feitas, pois normas técnicas de construção do muro de arrimo, que margeia uma das laterais do campo, impediam o aumento das dimensões solicitado pelos moradores. Visitamos a obra e explicamos aos líderes da associação a impossibilidade técnica, não bem aceita pelos moradores, e a obra foi retomada.

Poucas semanas depois a obra foi totalmente abandonada pela construtora, que alegou atraso de pagamento por parte da Prefeitura, que segundo a construtora, não pagava os honorários dos serviços desde a terceira medição, realizada por etapa construída.



Obra abandonada pela construtora. 2003



Obra abandonada pela construtora. **Salão comunitário.**2003

4.5

apropriação

Mesmo sem estar executada como estava previsto no projeto devido o abandono da construtora, a população utiliza o campo e a quadra poli-esportiva para recreação e disputa de jogos de futebol.

Desde o abandono da obra pela construtora Lindenbach, a associação promove eventos para que a população ocupe e não abandone as atividades na praça.

Campeonatos de futebol são constantemente organizados para retomarem a ocupação e crianças e adolescentes que estudam na escola em frente à praça, ao cruzarem a avenida para acessar os pontos de ônibus localizados ao lado da quadra poliesportiva, acabam sempre utilizando rapidamente a quadra para brincadeiras de bola ou bicicleta.

Pequenos pontos comerciais situados ao redor da praça, em horários diferentes, atraem pessoas que utilizam os serviços do mercado e pequenos bares, acabam cruzando o espaço da praça.

O acesso fácil devido ao não fechamento da praça promove estes breves encontros, o que não deixam a praça totalmente abandonada.

Ainda sob a liderança de Miguel a associação, que após diversas tentativas de reivindicar a retomada das obras pela prefeitura (todas fracassadas), arrecada pequenas quantias de dinheiro

mensalmente dos usuários e comerciantes locais, e tenta com seus próprios recursos finalizar as obras da praça por mutirão.

Fui chamado, no final de 2006 pelo Miguel para fazer um laudo técnico sobre o que pode ser aproveitado, e elaborar um orçamento e pequenas adequações no projeto original para que, com os recursos obtidos pela associação, através do mutirão, os próprios moradores pudessem cobrir o salão e o vestiário.

No entanto, algumas reuniões foram realizadas entre a prefeitura atual e os líderes comunitários e de associações de moradores de Campinas desde o início de 2007, quando souberam que a retomada da construção da praça de Esportes do Parque Jambreiro estará na agenda de prioridades da atual administração.

Esta informação, aliada à retomada da construção do Parque das Águas, distante cerca de 400 metros da praça de esportes, pela prefeitura, de certo modo acalmou as mobilizações e reivindicações que os moradores do bairro constantemente faziam para a administração da regional 8, que esperam pelas intervenções prometidas pela atual gestão.

Até mesmo o abandono da obra pela construtora licitada que, de certo modo, deixou os equipamentos construídos pelos próprios moradores em piores condições das encontradas antes das obras de melhorias deliberadas no OP na região, não calou a mobilização e participação da associação.



Ocupação após o abandono da obra. 2005

Diferentemente do observado no caso que veremos a seguir da praça do Vila Esperança, a associação e os próprios moradores do Parque Jambeiro permanecem extremamente ativos, lutando por melhores condições e qualidade urbana do bairro. Mesmo com a mudança de gestão municipal, que desde 2005 permaneceu distante dos líderes comunitários e associação de moradores, fato que apenas no início deste ano pode ser minimizado devido à aproximação com alguns membros do Partido dos Trabalhadores da cidade, as ações e reivindicações dos moradores continuam qualificando-os como cidadãos extremamente ativos no cenário político da cidade.

5

praça de esportes da vila esperança

5.1

cidade

O loteamento Vila Esperança teve suas primeiras obras concebidas pela COHAB em 1998, quando foram entregues 562 lotes urbanizados sem a presença de qualquer equipamento público que qualificassem o bairro.

A construção destes lotes com pequenos embriões construídos em parcelas de cidade sem a mínima condição de habitabilidade reflete o cenário nacional da política habitacional pós BNH. O elevado crescimento populacional não foi, contudo acompanhado pela quantidade de construções que suprissem a alta demanda por moradia popular.

Os lotes urbanizados apresentavam poucas condições de habitabilidade e urbanidade, porém, segundo o gerente jurídico da COHAB Campinas, Manoel Jóffily, era a única alternativa de atender a população de baixa renda, após a extinção do BNH.¹

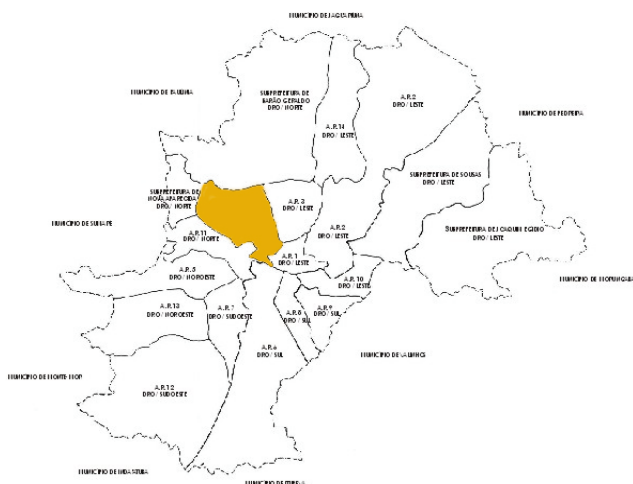
O loteamento Vila Esperança, na sua primeira etapa, foi construído seguindo os modelos de lotes urbanizados.

¹ 1 Entrevista realizada com Manoel Jofilly, gerente jurídico da COHAB Campinas
Entrevistador: Fabio B. Netto de Araújo. Data: 5/outubro/2005

Em um segundo momento de construção do loteamento, em 2004, a COHAB entrega 128 unidades do tipo 1-30 – um dormitório e 30 m² de construção, beneficiando cerca de 400 moradores retirados de áreas de risco do Jardim São Marcos e Santa Mônica localizados ao longo do córrego da Lagoa que, relocados nestas unidades, aprovadas como prioridade da temática “Habitação” do OP na região, foram construídas e entregues à população com financiamento da Caixa Econômica Federal.

Para acessar o Vila Esperança, temos de percorrer o jardim São Marcos, loteamento popular privado, construído durante a década de 70.

O jardim São Marcos é o bairro que juntamente ao Santa Mônica, apresentam as melhores condições urbanas, entre o conjunto de bairros presentes na região. Somados ao Jardim Campineiro, Vila Esperança e Recanto da Fortuna, chegam a um montante de aproximadamente 45.000 moradores dos quais 8000 ainda moram em favelas e em áreas de risco segundo dados do IBGE.²



Mapa das administrações regionais da cidade de Campinas.
Fonte: SEPLAMA

² FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Resultados Preliminares da Contagem Populacional de 1996

A região situada na porção norte do município de Campinas é cercada a leste e norte pela Fazenda Santa Genebra, por terrenos do Exército e da Fazenda Santa Elisa à oeste e a sul, pelo Instituto Agrônomo de Campinas – IAC.

Os bairros da região 4, através do prolongamento da Estrada do Amarais (principal via de acesso à região) interligam-se com a região central da cidade pela Avenida Brasil, importante eixo de comércio e serviços de Campinas e que, por sua vez, conecta-se com o centro de Campinas. Do final da Avenida Brasil ao São Marcos e Santa Mônica, são cerca de 4 km, percorridos entre áreas vazias pertencentes ao Exército e a Fazenda Santa Elisa.

Durante todo este percurso da Estrada dos Amarais, não há qualquer presença de equipamentos públicos e de lazer que qualifique a região. Apenas o aeroporto dos Amarais à oeste da via e o cemitério público dos Amarais à leste estão presentes neste percurso, sem contudo atrair investimentos ou melhorias para a região.

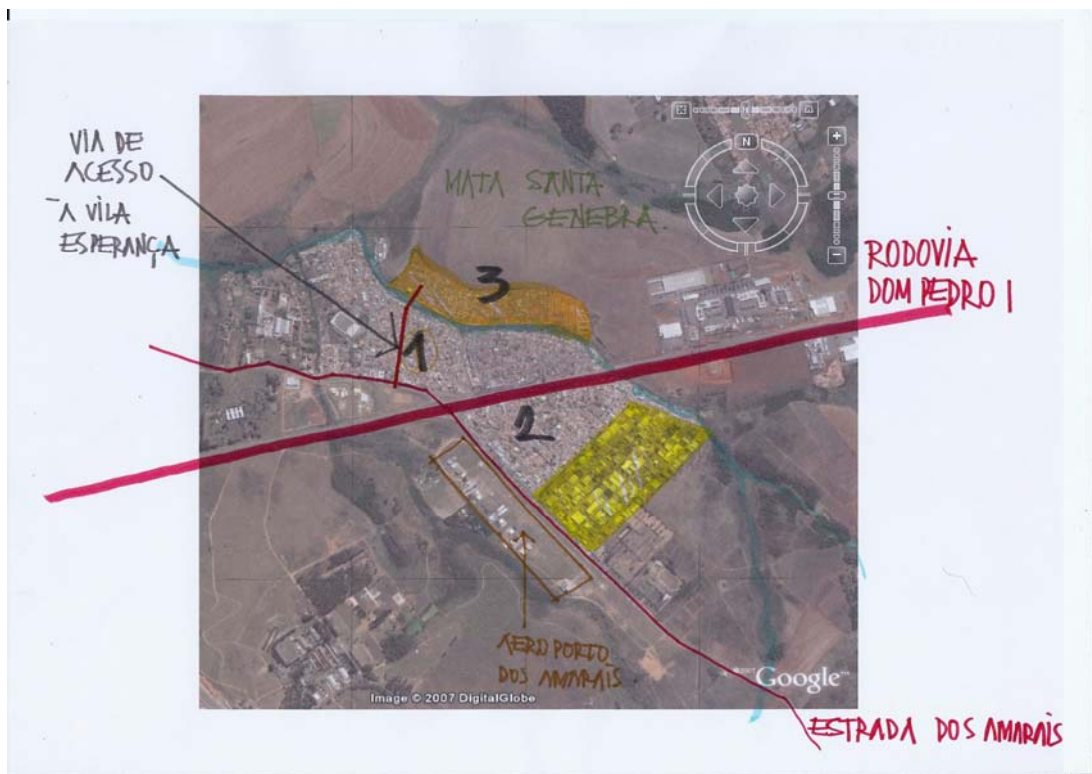


Imagem de satélite. Fonte Google Earth. 1. J. São Marcos 2. Santa Mônica. 3. Vila Esperança

Os loteamentos e conjuntos habitacionais da região foram construídos acompanhando a Estrada dos Amarais, sempre à sua margem leste. No entanto, com o cruzamento com a rodovia Dom Pedro, que corta a região ao meio, a acessibilidade entre os bairros é extremamente debilitada. O cruzamento em diferentes cotas entre a rodovia Dom Pedro I e a estrada dos Amarais, torna-se uma enorme barreira que dificulta a passagem de veículos e principalmente a circulação de pedestres.

No sentido bairro-centro, à margem direita da estrada dos Amarais, o primeiro bairro a compor esta região é o Santa Mônica. Para acessarmos o Vila Esperança, devemos transpor a rodovia Dom Pedro I e através do Jardim São Marcos percorrer a via central do bairro, onde a presença, ainda que precária de comércio e serviços, compõem uma pequena centralidade.

Esta breve diversidade de usos limita-se a um pequeno trecho desta via central e a esporádicos estabelecimentos que minimamente qualificam o acesso que conecta o Jardim São Marcos com a Vila Esperança.



Imagem de satélite. Fonte Google Earth. 1. J. São Marcos 2. Santa Mônica. 3. Vila Esperança

Ao cruzarmos o córrego da Lagoa, que sofre inundações constantes agravando o problema e a precária condição do loteamento, chegaremos ao local onde a praça de esportes está implantada.

Circundada por habitações precárias, e por ruas sem pavimentação e iluminação, esta quadra poliesportiva com cobertura metálica é o único espaço público presente na região para a prática de esportes.

Não existem pontos comerciais, escola ou paradas de transporte público perto da praça. A relação entre a praça e as casas limita-se apenas pela proximidade. Não havendo qualquer evento urbano que a dote de presença ou uso, a praça torna-se isolada do contexto urbano mesmo estando situada na região central do precário loteamento e cercada de moradias por todos os lados.

No balanço feito pela gestão passada em maio de 2004, ainda estavam em execução a concessão de título para os moradores das favelas e ocupações pontuais e ao longo do córrego da Lagoa no Jardim São Marcos, Jardim Campineiro e Santa Mônica, que juntos formam o quarto maior conjunto de favelas de Campinas.³

³ Dados da COHAB – Levantamento de favelas e ocupações de 2004

5.2

participação

A região dos Amarais como é conhecida a AR 4, é formada pelos bairros Jd São Marcos, Vila Nova, Pq Taquaral, Santa Mônica, Jd Campineiro, Recanto da Fortuna, Vila Esperança e favelas ao longo do córrego da Lagoa e apresenta um grave quadro de carências de equipamentos públicos institucionais e de lazer, exceto pela pequena praça do Santa Mônica, conhecida como campo do Toninho, utilizada especialmente por crianças durante as atividades escolares, não havendo, contudo, a presença de um lugar destinado à prática esportiva e recreação em maior escala que responda a região como um todo.

Desde de janeiro de 1990, a presença da irmã Noeli, carmelita da Caridade de Vedruna, uma ordem religiosa Espanhola, ajudou a organizar os moradores da região para reivindicarem por seus direitos e por melhores condições de vida e cidade.

A associação dos moradores da região dos Amarais, formada em meados da década de 90, através do auxílio e trabalho da irmã Noeli de formação de líderes comunitários, era composta por 20 líderes dos bairros citados e tinha como presidente uma moradora do bairro Santa Mônica, o mais urbanizado da região, chamada Lucia.

Segundo Noeli, os bairros da região, apresentavam além de um gravíssimo quadro de carências de urbanidade, ausência de economia solidária e relações de associativismo, fundamentais para o desenvolvimento social e físico diante deste contexto de exclusão.⁴

Com a construção do loteamento Vila Esperança ao final de 1998 pela COHAB, para reassentamento da população removida das áreas de risco, destinou-se um terreno a ser doado para o município para posterior construção de equipamentos institucionais e da praça.

Dois anos após o loteamento ser entregue pela COHAB, na gestão do Partido dos Trabalhadores quando o OP pôde iniciar as discussões e deliberações, a associação reuniu forças para elencar as prioridades da região.

Como disse anteriormente, o quadro de carências era tamanho, que obras de infra-estrutura de água e esgoto (ETE Santa Mônica), reformas de escolas municipais (EMEF – Pe Narciso V. Ehremberg e EMEI – Mario Gatti, no Jd São Marcos e na Vila Nova, respectivamente) que se encontravam em péssimas condições de uso e principalmente a construção das 128 unidades habitacionais, foram eleitas como prioridades pelo conselho regional do Orçamento Participativo a serem implantadas na região.

A praça não foi aprovada nas assembléias regionais do OP em Campinas, para ser edificada devido à carência de recursos para a implantação das demais melhorias no bairro. Outras prioridades, de extrema urgência, foram eleitas transferindo a construção da praça para outra etapa de reivindicações e deliberações.

As efetivas obras demandadas pelo OP na Vila Esperança limitaram-se na construção de mais unidades habitacionais, pois o adensamento populacional das favelas ribeirinhas ao córrego da Lagoa agravava o cenário de precariedade e insegurança de famílias que ocupavam áreas de risco. Tais unidades, contudo, não foram qualificadas por implantação de equipamentos públicos e infra-estrutura urbana básica.

Assim como no DIC, a associação de moradores era composta por membros do Partido dos Trabalhadores e formava importante plataforma política do partido na cidade. A associação liderada

⁴ Noeli Maria Massoni, *Os desafios da irmã Noeli*, Unicamp, Novembro de 2001.

por Lucia, procurou o deputado federal Luciano Zica, para que pudesse obter recursos para a construção da Praça de Esportes da Vila Esperança.

Através de uma Emenda Parlamentar, a verba de R\$ 200.000, foi obtida para a construção da praça.

As reivindicações da população incluíam além da quadra poli-esportiva, uma piscina, tal como do projeto da praça de Esportes do DIC VI.

O recurso, no entanto foi aplicado apenas para a construção da quadra. A piscina seria posteriormente construída.

Houve, segundo Lucia, algumas reuniões entre o deputado Luciano Zica e a associação de moradores para discutirem o programa a ser construído na praça. As reuniões eram feitas no barracão da associação localizada no Jd Santa Mônica, e os acordos eram passados para o restante da população através de carros de som a pela rádio comunitária do bairro.⁵



Campo do Toninho



⁵ Entrevista realizada com Lucia, ex-presidente da associação de moradores da região 4. Entrevistador: Fabio B. Netto de Araújo. Data: 21/Agosto/2006

5.3

projeto

Foi extremamente difícil descobrir o autor do projeto desta quadra construída no bairro. Talvez pela própria necessidade de urgência de aprovação do projeto para que o recurso da emenda não se perdesse, impossibilitando assim o desenvolvimento projetual, ou simplesmente por não ter tido efetivamente um projeto para aquele espaço. O fato é que nem os moradores e membros da associação, nem os técnicos do poder público e assessores do partido souberam me dizer por quem foi feito o projeto ou quem se responsabilizou tecnicamente pela construção.

No entanto informações relevantes sobre o recurso da emenda destinado para a construção do programa construído pela associação de moradores foram obtidas através de entrevistas realizadas com funcionários da atual gestão municipal.

Quando iniciei contato com a prefeitura e com os assessores do deputado, as poucas informações em que tive acesso, nunca se encaixavam. Alguns me diziam que o recurso era de R\$ 200.000 enquanto que outros não tinham certeza do montante. Solicitei à secretaria de Cultura, Esportes e Turismo que me enviasse o nome do autor do projeto, ainda não tive resposta.⁶

A única informação que obtive foi de Enide, uma funcionária da prefeitura que hoje trabalha no gabinete do prefeito. Segundo ela, o recurso obtido para a construção da piscina, foi fruto de outra Emenda, também do deputado Zica, que não foi destinado à construção deste equipamento

⁶ Solicitação feita em julho de 2006

devido aos constantes atos de vandalismo que a praça recebeu desde de sua inauguração em meados de 2004. O restante do recurso que a principio completaria o programa construído pela associação de moradores da região dos Amarais, foi encaminhado para a reforma da Praça do Jd. São Vicente pertencente à Administração Regional 9.

“O dinheiro não foi para a construção da piscina, porque a praça estava tão detonada que transferimos o dinheiro para a reforma de outra praça, no Jd. São Vicente.”⁷

De fato, apenas a quadra foi construída. Os líderes da associação não sabem sequer que a verba para a construção da piscina que completaria o programa e as instalações da atual quadra foi investida na reforma da Praça do Jd São Vicente.



Vista do conjunto.

⁷ Entrevista realizada com Enide, assessora do atual prefeito Helio de Oliveira Santos, na Prefeitura Municipal de Campinas.

Entrevistador: Fabio B. Netto de Araújo. Data: 21/ Agosto/2006

5.4

apropriação

Construída com pilares e treliças metálicas a quadra se encontra hoje, parcialmente destruída. As lâmpadas foram retiradas e a trave de um dos gols foi levada para outro local do bairro de igual precariedade porém com maior número de usuários.

Quando perguntei para Enide, a funcionária da prefeitura, sobre o real destino dos recursos destinados à obra da piscina e sobre a situação da praça da Vila Esperança, ela me disse:

“Destruíram a caixa de luz, roubaram as traves e as lâmpadas porque são vândalos”⁸

Os moradores do entorno reclamam muito da falta de estrutura e segurança e exigem que o espaço seja cercado.

A praça se transformou em um movimentado ponto de tráfico de drogas e que, segundo os moradores das casas localizadas em frente à praça, até duas ou três da manhã o comércio e o consumo ainda acontecem, aumentando cada vez mais o medo dos moradores do entorno.⁹

A construtora licitada para a construção, abandonou a obra pouco antes da sua finalização.

⁸ Enide - idem

⁹ Comentários anotados durante entrevista coletiva realizada no local, com a presença de Lucia.
Entrevistador: Fabio B. Netto de Araújo. Data: 21/ Agosto/2006

Moradores da região dizem que os empregados usavam a energia das casas ao redor para que trabalhos de solda da estrutura pudessem ser finalizados, pois as instalações de energia, transformadores e postes públicos foram roubados antes mesmo do término da construção.

Houve erro na execução da fundação e da locação dos pilares. Segundo Enide, a fundação que se encontra totalmente exposta e sem proteção contra infiltração, está praticamente arruinada.

Por meio de um convênio com a prefeitura que ainda não sabe como obter o recurso financeiro para o investimento, um novo projeto está sendo elaborado pelos alunos do escritório modelo da UNIP, que prevê instalações de espaços destinados à assistentes sociais, atividades educacionais e esporte, no terreno contíguo ao da praça.

No entanto a população local não sabe da realização deste projeto e até agora não foi consultada sobre o programa.

A associação de moradores da região se encontra totalmente enfraquecida. As relações de associativismo e a formação e renovação de líderes comunitários praticamente acabou com a mudança de gestão municipal.

Até mesmo Lucia, abandonou as ações e mobilizações da associação para trabalhar diretamente com o deputado Luciano Zica em seu escritório de Campinas.

Principalmente na Vila Esperança, loteamento mais recente da regional 4, poucos moradores sabem sobre a existência da associação, suas histórias e conquistas e, completamente desorganizados, não sabem sequer para quem reivindicar melhorias.



Quadra e o entorno imediato.



Terrenos inutilizados ao lado da praça.

Os atos de vandalismo podem se explicar pelas próprias condições em que o bairro se encontra. O Vila Esperança é o reflexo do cenário concebido por políticas habitacionais excludentes que desenham cidades extremamente precárias, que pouco ou nada se inserem ao mercado formal de trabalho e renda. A resposta para esta violenta e excludente política habitacional é justamente o menosprezo e a falta de sentimento de pertencimento ao lugar e à cidade. A violência urbana é, sobretudo, a própria reação a esta exclusão desenhada e legitimada pelo contexto de desenvolvimento urbano brasileiro.

6

considerações finais

Analisando a construção sócio-política das praças aqui estudadas, foi possível detectar que uma intensa mobilização, luta e participação foram fundamentais para conquista de infra-estrutura urbana e equipamentos que garantem minimamente a qualidade de vida naqueles territórios da cidade.

A participação e mobilização dos moradores, embora não tivessem ocorrido em todas as etapas do processo de constituição elencadas na hipótese inicial deste trabalho, em alguns casos a apropriação da praça pelos moradores ocorreu de maneira intensa e saudável, diferentemente da encontrada em outros casos onde a participação também se deu nas mesmas ou em até mais etapas de constituição, porém a mesma qualidade na apropriação destes espaços não ocorre.

Surgiu, a partir desta percepção, a necessidade de estudar e ponderar outra variável que potencializava a publicização destes espaços na periferia. Uma variável que, a princípio, não foi considerada nesta dissertação como necessária para a efetiva apropriação dos espaços públicos.

A qualidade do urbanismo e sua correta destinação e implantação dos espaços públicos na cidade passou, então, a ser analisada para diferenciar os casos onde a intensa mobilização, luta e participação dos moradores pela conquista e constituição destas praças não foram suficientes para a efetiva apropriação destes espaços. O que a cidade ao redor influi no efetivo uso dos espaços públicos, passou a ser de fundamental importância para análise da qualidade da apropriação.

Construir eventos urbanos que garantem os “olhos para a rua”¹ e o zelo dos moradores pelo espaço conquistado é extremamente necessário para esta busca qualitativa do uso dos espaços públicos.

A lei de parcelamento de solo 6.766 de 19 de dezembro de 1979 dispõe sobre a divisão do solo urbano a ser loteado prevendo índices matemáticos que não levam em consideração a qualidade e diversidade urbana.

Em geral, tais índices permitem que os loteadores descartem os 35% da área a ser loteada que seria doada ao poder público para a construção de vias de circulação (20%) e equipamentos institucionais (10%) e áreas verdes (5%) e, para estes, sejam destinados os piores terrenos que nada conversam e interagem com as parcelas passíveis de venda, sejam elas para habitação ou comércio, garantindo assim, a maximização do retorno financeiro do empreendedor.

Destinar os espaços públicos dos loteamentos para lugares sem vida urbana, sem o correto estudo de adensamento populacional e sem a presença de eventos urbanos que os qualifiquem e dotem de uso, de “encontros, energias e disponibilidades”², livre, sem hierarquização e privatização violenta de ações como o tráfico e consumo de drogas, por exemplo, é quase que delegá-los à morte, ao abandono e a depreciação, mesmo quando a mobilização e luta ocorram de maneira permanente até a conquista.

Estas ações que eventualmente privatizariam o espaço público, como o tráfico e o consumo de droga, ocorrem em todos os objetos aqui estudados, no entanto, onde esta atividade torna-se explícita e, portanto, sob constantemente vigia dos outros usuários da praça, deixa de ser a força mais forte de ocupação das praças, passando a ser um ator coadjuvante, sem, contudo afastar os outros cidadãos do convívio público.

¹ JACOBS, 2000

² Pereira. Raul, in Bolcinhas, 2005

A participação popular, quando analisada sob este contexto de desenvolvimento urbano sem compromisso com a produção de cidades completas, torna-se um instrumento de remediação, de mobilização, luta e conquista de uma cidade que seria, na verdade, um direito de todos. A participação fica assim colocada no final da cadeia produtiva dos espaços urbanos, como última possibilidade de garantir qualidade e urbanidade.

Instrumento de remediação, mas de extrema importância para a construção de cidades pertencentes a esta gramática de desenvolvimento excludente aplicado desde de a década de 50, como observado no capítulo 1 desta dissertação.

A interação destas duas maneiras de se construir espaços urbanos, ou seja, o correto urbanismo e a mobilização e conquista, quando interagem, acabam por qualificar os espaços públicos, dotando-os de distintas possibilidades de uso, que garantam a “pluralidade dos homens, condição para a expressão e revelação de singularidades, valores culturais, desejos, e visibilidade política.”³

Neste processo, a democratização de informações é condição fundamental para a participação.

Não devemos criar falsas expectativas e considerar que a “dialética estabelecida entre o projeto participativo de arquitetura, urbanismo, paisagismo e o poder público instituído, pode ou não qualificar os espaços públicos, dependendo da correlação de forças que atuam em cada momento histórico”⁴ e em cada *locus*, onde se pretende construir tais espaços.

O conhecimento e a participação, neste sentido, estimulam a reflexão de todos os atores envolvidos, tanto para os que reivindicam e lutam por condições dignas, como para que, do outro lado, compreendem as reais necessidades, condições e relações de economia e sociabilidade desta enorme parcela “informal” das nossas cidades.

³ Arendt, 2005

⁴ Pereira Leite, M.A. F., 2001: 12, in BOLCINHAS Caio, 2006

O contexto urbano em que estes espaços se inserem, estão repletos de diversidade, complexidade e variabilidade que deveriam ser apreendidas, para que o projeto participativo, “não ofereça imagens moldadas a partir dos devaneios da imaginação, mas ofereça ao imaginário social pontos de apoio para a manifestação de suas utopias, vinculando a transformação da paisagem à atuação de toda a sociedade.”⁵

Segundo Arendt, “onde quer que haja divorcio entre o conhecimento e a ação, deixa de existir o espaço para a liberdade. A ação, embora possa provir do nada, por assim dizer, atua sobre um meio no qual toda reação se converte em reação em cadeia, e todo processo é causa de novos processos. Como a ação atua sobre seres que também são capazes de agir, a reação além de ser uma resposta, é sempre nova ação com poder próprio de atingir a afetar os outros”.⁶

A participação sob este aspecto deveria ser entendida e aplicada como um instrumento de concepção, presente no início da cadeia produtiva dos espaços e políticas urbanas.

Assim como os loteadores privados que transferem a responsabilidade de dotar a cidade de equipamentos públicos ao poder público (que em geral não o faz de imediato), respaldados pela lei de parcelamento do solo 6.766, que transforma a urbanidade em índices matemáticos, o Estado, também como agente loteador, apoiado sobre uma política habitacional que reduz a construção de cidade à simples edificação de unidades habitacionais, acabam por destinar à periferia, um cenário deserto de qualidade e vivacidade urbana.

Compreender a lógica da periferia, além de qualificar a participação com o status de concepção de cidade e de políticas de desenvolvimento urbano mais coerentes com a realidade social e econômica, desta excluída população, legítima e transforma os cidadãos em atores produtores que

⁵ Pereira Leite M. A. F. 2001: 12.

⁶ Arendt, 1990.

podem apontar aos arquitetos, urbanistas e ao poder público novos caminhos de intervir em nossas cidades.

bibliografia

- ABRAMO, Pedro [org]. *A cidade da informalidade (Os desafios das cidades latino americanas)*.Rio de Janeiro, Sette Letras, FAPERJ, 2003
- ALVES, Lopes Doraci. *Marginais da história?*.Campinas, Ed. Alínea, 1997.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana* .São Pulo, Editora Florence, 2005.
- ARENDT, Hannah, *Homens em tempos sombrios*. Lisboa, Relógio D`Água, 1990
- ARRETCHE, Marta T.S. ; CARVALHO, Sonia Nahas de. A política habitacional nos anos 80. Cadernos de pesquisa do núcleo de estudos de políticas públicas, Campinas, NEPP/ Unicamp, n.18, 1990.
- ARRETCHE, Marta T.S, Estado e mercado na provisão habitacional: três modelos de política. 260f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. São Paulo, Perspectiva, 1996.
- AVRITZER, L. [org], *A participação em São Paulo*.São Paulo, Editora Unesp, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Marxismo e Estado*. Rio de Janeiro,Graal, 1979.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- CARVALHO, Edemir. Crise urbana e habitação popular em Campinas, 1870- 1956. 11f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1991.
- BADARÓ, R. S. C. . Campinas, o Despontar da Modernidade. Campinas: Centro de Memória UNICAMP, 1996

- BOLSINHAS, Caio. Projeto participativo na construção do espaço público .Tese. (Doutorado em Estrutura Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo, 2005
- CANO, Wilson, BRANDÃO, Carlos A. **A região metropolitana de Campinas: urbanização economia e meio ambiente.** Campinas, Unicamp 2002.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo.* São Paulo, Ed. Perspectiva, 2003.
- CHAUI, Marilena. *Considerações sobre a democracia e os obstáculos a sua concretização.* In TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves [org]. *Os sentidos da democracia e da participação.* São Paulo, Instituto Polis, 2005.
- CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia o discurso competente e outras falas.* São Paulo, Editora Cortez, 2006.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista.* São Paulo, Ed. Cortez, 1988.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.* São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- DAGNINO, Evelina, OLIVEIRA, Alberto e PANFICHI, Aldo [org]. *A disputa pela construção democrática na América Latina.* São Paulo, Paz e Terra, 2006.
- EMILIANO, Elisamara de Oliveira. *Legislação para Habitação de Interesse Social – Estudo de caso do município de Campinas. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) CEATEC- Pontificia Universidade Catolica de Campinas, 2006*
- GOHN, Maria da Gloria. *O protagonismo sociais, ONGs e redes solidárias.* São Paulo, Cortez, 2005.
- FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho.* São Paulo, projeto editores associados, 1982.
- HARVEY, David. *Condição Pós moderna.* São Paulo, Loyola, 1998.

- FATHY, Hassan. *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres*. São Paulo, EDUSP, 1980.
- FERNANDES, Ari Vicente. *Urbanização x Recursos Hídricos na Bacia de Piracicaba*. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientas Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2004.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- MORETTI, Ricardo de Sousa. *Normas urbanísticas para habitação de interesse social, recomendações para elaboração*. São Paulo, IPT, 1997.
- OTTMANN, Gotz. "Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil,, in Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP , n.41. mar. 1995
- PORTZAMPARC, Christian de. *A terceira era da cidade*, in: Óculun 9, 1997.
- PEREIRA LEITE ,Maria Ângela. *Espaço público e visibilidade social*. FAU USP, 1998.
- PEREIRA LEITE ,Maria Ângela. *As tramas da segregação*. FAU USP, 1998.
- ROGERS, Richard & GUMUCHDJIAN Philip. *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona,GG. 2000
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. São Paulo. Studio Nobel, 1997.
- RANCIERE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo, Ed. 34, 2005.
- RANCIERE, Jacques. "O dissenso" In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b. p. 367-382.
- RIZEK, Cibele. *Orçamento participativo em São Paulo. Publicização da cidade?* in: VIII congresso-luso-afro-brasileiro de ciências sociais, Universidade de Coimbra, 2004
- SANTOS, Boa Ventura de Sousa. *Reinventar a democracia*. Lisboa, Gradiva, 1998.
- SANTOS, Boa Ventura de Sousa [org]. *Democratizar a Democracia, os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

- SANTOS, Nelson Rodrigues dos. *Implantação e funcionamento dos Conselhos de Saúde no Brasil*. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A. e TEIXEIRA, Ana Claudia C. [org]. *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo, Instituto Polis, 2000
- SHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. Nova York, London, Harper & brother, 1942.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo, Companhia das letras, 1999.
- TRISTÃO, Gilberto, A reorganização do processo de planejamento e orçamento do governo federal: estratégia de modernização gerencial, in VII Congreso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília, Editora da UnB, 1919.